

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

KELLY CRISTINE ZANARDI ALVES
MARCOS DA SILVA LOTOSKI

**OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO: ESTUDO DE CASO NUMA ÁREA DO
BAIRRO VILA NOVA MATINHOS – PR**

MATINHOS
2018

KELLY CRISTINE ZANARDI ALVES

MARCOS DA SILVA LOTOSKI

**OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO: ESTUDO DE CASO NUMA ÁREA DO
BAIRRO VILA NOVA MATINHOS – PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Tecnologia em Gestão Imobiliária, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Imobiliária.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin

MATINHOS

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

KELLY CRISTINE ZANARDI ALVES

MARCOS DA SILVA LOTOSKI

OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO: ESTUDO DE CASO NUMA ÁREA DO BAIRRO VILA NOVA MATINHOS – PR

Trabalho apresentado como requisito parcial a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Imobiliária no curso de graduação em Tecnologia em Gestão Imobiliária, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin

Orientador – Setor Litoral da Universidade Federal, UFPR.

Prof. Dr. Ricardo Rodrigues Monteiro

Setor Litoral da Universidade Federal, UFPR.

Prof. Dra. Helena Midori Kashiwagi

Setor Litoral da Universidade Federal, UFPR.

Matinhos, 30 de novembro de 2018.

À memória de Milton, meu pai
A Santana, minha mãe
A Sebastião e Ezednir, meus pais
Ao meu namorado Marcos e a minha namorada Kelly
E ao nosso filho (a) que está a caminho.

AGRADECIMENTOS

Somos gratos a Deus, que encheu nossos corações de luz e contribuiu com a nossa cumplicidade. A Ele também nosso muito obrigado por ter nos concedido o presente mais divino da vida, nosso primeiro filho (a), serzinho que nos deu muito mais forças para concluir essa etapa de nossas vidas. Papai e mamãe já te amam muito!

A minha eterna gratidão aos meus pais, Milton (in memoriam) que infelizmente não está aqui para presenciar esse momento tão importante na minha vida e a Santina, que em toda a minha vida me apoiaram nas escolhas e me deram uma vida cheia de amor e conhecimentos. Aos meus pais, Ezednir e Sebastião, pelo amor e apoio. Cada um a sua maneira se impulsionaram para que eu chegasse até aqui e me tornasse a pessoa que sou hoje.

A nossa família e amigos por todo o carinho, amor e força.

Aos nossos amigos que conquistamos durante a faculdade, especialmente Andressa e Cristoffer, vocês foram essenciais nessa caminhada. Quarteto fantástico para sempre.

Em especial, queremos agradecer ao nosso professor orientador Paulo Eduardo Angelin, por ter acreditado em nós. Obrigado por contribuir com tantos ensinamentos, tantos conhecimentos e dedicação. Carregaremos tudo isso conosco como um exemplo de profissionalismo. Obrigado mesmo.

Aos professores participantes da banca, por terem aceitado o convite. Agradecemos também aos demais professores do Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão Imobiliária pela riqueza na formação.

Ao Sr. Rogério Florenzano Jr, chefe do PNSHL, a Promotora de Justiça de Matinhos, Dra. Carolina Dias Aidar de Oliveira e a todos os moradores da área estudada, pela disposição em participar das entrevistas.

Enfim, agradecemos a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Ninguém no mundo é igual
É grande a variedade
O corpo é só aparência
A alma é identidade
Beleza não tem padrão
Bonito é ser de verdade.

(BRÁULLIO BESSA, 2018)

RESUMO

Este estudo aborda um dos principais problemas socioambientais relacionados à urbanização, a formação de núcleos de ocupação irregular por famílias de baixa renda. Essas famílias por sua vez, acabam estabelecendo-se em áreas desvalorizadas ou irregulares, muitas vezes encontradas em lugares de preservação, de risco ou insalubres. O presente trabalho tem por objetivo acompanhar o processo da ocupação irregular do solo numa área do bairro Vila Nova, Matinhos – PR, entre o final do ano de 2016 e final do ano de 2017, procurando entender como se deu este processo e quais os impactos socioambientais causados pelo mesmo. Na pesquisa, utilizou-se a análise de documentos bibliográficos, documentais e registros fotográficos da área, bem como aplicação de boletins cadastrais, questionário e entrevistas, nos possibilitando conhecer melhor a área de estudo e a realidade da população residente da mesma. O estudo nos permitiu concluir que a questão da ocupação irregular urbana, é um aspecto complexo da realidade, visto que de modo geral, são áreas inadequadas para a ocupação humana. A população que reside nessas áreas acaba exposta a uma série de riscos à sua segurança e à sua saúde, além de contribuir para a degradação do meio ambiente natural. Contudo, não encontram alternativas mais viáveis a alteração do quadro, dado que a população apresenta vidas marcadas por diversas injustiças sociais.

Palavras-chave: Ocupação Irregular da Terra. Impactos Ambientais. Impactos Sociais. Ocupação Urbana.

ABSTRACT

This study addresses one of the major social and environmental problems related to urbanization, the formation of nuclei of irregular occupation by low-income families. These families in turn, end up settling in areas devalued or irregular, often found in places of preservation, risky, or unhealthy. The present work has for objective to follow up the process of irregular occupation of the soil in an area of bairro Vila Nova, Matinhos – PR, between the end of the year 2016 and the end of the year 2017, seeking to understand how did this process and what the social and environmental impacts caused by the same. In the research, we used the analysis of documents and bibliographic, documentary and photographic records of the area, as well as application bulletins, registration, questionnaire and interviews, enabling us to better understand the study area and the reality of the resident population of the same. The study allowed us to conclude that the issue of the irregular occupation of urban, is an aspect of the complex reality, since in general, are areas unsuitable for human occupation. The population that resides in these areas ends up exposed to a series of risks to their safety and their health, in addition to contributing to the degradation of the natural environment. However, there are more viable alternatives to the amendment of the framework, given that the population has lives marked by various social injustices.

Keywords: Irregular Occupation of the Earth. Environmental impacts. Social Impacts. Urban Occupation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – GEORREFERENCIAMENTO DAS MORADIAS CADASTRADAS E TRILHAS	41
FIGURA 2 – CAMINHOS DE TRONCOS	43
FIGURA 3 – “GATOS” DE LUZ	45
FIGURA 4 – POSTES IMPROVISADOS	45
FIGURA 5 – LIXOS E ENTULHOS	47
FIGURA 6 – ESGOTO A CÉU ABERTO	48
FIGURA 7 – MAPA TEMÁTICO: SITUAÇÃO MORADIA	50
FIGURA 8 – SITUAÇÃO DAS MORADIAS	54
FIGURA 9 – MAPA TEMÁTICO: AUXÍLIO DO GOVERNO.....	56
FIGURA 10 – ÁREA DE ESTUDO (VISTA AÉREA).....	61
FIGURA 11 – ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.....	61
FIGURA 12 – ÁREAS DE CONTROLE AMBIENTAL.....	62
FIGURA 13 – CAPTAÇÃO DE ÁGUA CLANDESTINA	64
FIGURA 14 – ÁRVORES CORTADAS NA ÁREA.....	65
FIGURA 15 – VALETA CAVADA PARA DRENAR O BANHADO E PASSARELA SOBRE O BANHADO	66
FIGURA 16 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM 11/08/2013.....	68
FIGURA 17 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM 11/03/2016.....	69
FIGURA 18 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO NO FINAL DE NOVEMBRO DE 2016	70
FIGURA 19 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO NO FINAL DE NOVEMBRO DE 2016 (IMAGEM APROXIMADA)	70
FIGURA 20 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM NOVEMBRO 2017.....	71
FIGURA 21 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM NOVEMBRO 2017 (IMAGEM APROXIMADA)	71
FIGURA 22 – MORADIA DERRUBADA.....	73
FIGURA 23 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM 13/07/2018.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MORADIA FECHADA	42
GRÁFICO 2 – NÃO QUIS RESPONDER	42
GRÁFICO 3 – TIPO PAVIMENTO RUA	43
GRÁFICO 4 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	45
GRÁFICO 5 – COLETA DE LIXO.....	46
GRÁFICO 6 – LIXO A CÉU ABERTO	46
GRÁFICO 7 – ESGOTO A CÉU ABERTO	48
GRÁFICO 8 – SITUAÇÃO MORADIA	50
GRÁFICO 9 – POSSUI OUTRA MORADIA	50
GRÁFICO 10 – QUANTIDADE MORADORES	51
GRÁFICO 11 – SITUAÇÃO CONSTRUÇÃO	52
GRÁFICO 12 – MATERIAL CONSTRUÇÃO.....	52
GRÁFICO 13 – TIPO PISO	53
GRÁFICO 14 – QUANTIDADE DORMITÓRIOS	53
GRÁFICO 15 – QUANTIDADE VASO SANITÁRIO.....	53
GRÁFICO 16 – QUANTIDADE CHUVEIRO.....	53
GRÁFICO 17 – QUANTIDADE DE PESSOAS QUE EXERCEM ATIVIDADE REMUNERADA.....	55
GRÁFICO 18 – AUXÍLIO DO GOVERNO	56
GRÁFICO 19 – MOTIVO PARA MORAR NO LOCAL.....	57

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – BOLETIM CADASTRAL DE CAMPO	82
ANEXO 2 – PLANILHA REFERENTE AOS DADOS COLETADOS NO BOLETIM ..	83
ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O CHEFE DO PNSHL.....	89
ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO PROMOTORA DE JUSTIÇA	89
ANEXO 5 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES	90

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
BNH	- Banco Nacional da Habitação
FGTS	- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
SFH	- Sistema Financeiro da Habitação
CFB	- Constituição Federal do Brasil
ICMBio	- Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
TGI	- Tecnologia em Gestão Imobiliária
PNSHL	- Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange
MMP	- Ministério Público do Paraná
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
ZRM	- Zona de Restrição Máxima
COLIT	- Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense
UC	- Unidade de Conservação
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
NC	- Não Consta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA	17
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo geral	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
1.4 INDICAÇÃO DOS CAPÍTULOS	19
2 O PROCESSO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO URBANO	19
2.1 CONCEITOS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO.....	19
2.2 BREVE HISTÓRICO	23
3 A OCUPAÇÃO URBANA – UMA QUESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL.....	30
3.1 OS IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO	30
3.2 A PROTEÇÃO LEGAL AO MEIO AMBIENTE	34
3.3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS	36
4 METODOLOGIA	37
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
5.1 GEORREFERENCIAMENTO DA ÁREA	40
5.2 MATERIAIS COLETADOS	42
5.3 INFRAESTRUTURAS URBANAS	42
5.3.1 Pavimentação.....	42
5.3.2 Iluminação pública.....	44
5.3.3 Coleta de lixo.....	45
5.3.4 Esgoto a céu aberto	47
5.4 SITUAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES	49
5.4.1 Moradias.....	49
5.4.2 Situação das moradias	52
5.5 FATORES ECONÔMICOS.....	55
5.6 MOTIVOS QUE LEVARAM A OCUPAR A ÁREA	56
6 ESTUDO DE CASO	58
6.1 BAIRRO VILA NOVA.....	60
6.1.1 Caracterização da área de estudo.....	60
6.1.2 Problemática da área	63

6.2 O PROCESSO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO NA ÁREA DE ESTUDO	68
6.3 REINTEGRAÇÃO DE POSSE NA ÁREA.....	72
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS	81

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a questão da ocupação irregular do solo com relação aos diversos problemas socioambientais que dele decorrem, o qual está diretamente relacionado a um antigo processo de distribuição de terras, que por ter sido instituído de modo injusto no Brasil, acarretou em diversos tipos de problemas sociais, dentre elas a dificuldade de aquisição de posse regular da terra, bem como problemas ambientais, com a ocupação de áreas irregulares, de preservação.

Após a industrialização do Brasil, o país se deparou com o inchamento das suas cidades em um ritmo muito acelerado. O processo de urbanização brasileira foi marcado pela questão do êxodo rural, onde a população do campo migrou para a zona urbana em busca de melhores condições de vida. Porém, quando chegam ao meio urbano não conseguem se adaptar tão facilmente, não conseguem empregos, e devido às condições precárias são forçados a ocupar regiões desvalorizadas ou irregulares (BIRCKOLZ, 2012).

O Brasil é um país que teve seu crescimento urbano instaurado de modo acelerado e desorganizado, não planejou esta e outras questões ao abraçar o movimento desenvolvimentista demandado pelo sistema capitalista. A partir do despreparo por parte do poder público diante do inchamento das grandes cidades, somado a falta de oportunidade para todos, desde o princípio o processo de urbanização trouxe consigo o aumento da desigualdade social. Condição que criou grupos em situação de extrema pobreza, violências de todos os tipos e habitações em situação precária.

Em outras palavras, em pleno processo de industrialização, o Brasil desenvolve também o aumento da pobreza. Inúmeras famílias passaram a buscar nos centros urbano melhores oportunidades de vida, visto que o poder público anunciava uma nova configuração na realidade brasileira, onde todos teriam trabalho devido ao processo de implantação das indústrias.

Contudo, as falsas promessas resultaram em famílias inteiras vivendo em situação de extrema pobreza, sem moradia e sem auxílio para retorno ao campo e/ou a adequação a vida no espaço urbano. Mesmo os trabalhadores que conseguiram se enquadrar nas vagas ofertadas, não puderam acessar condições dignas de moradia, visto que a esses foram reservados aglomerados habitacionais em regiões afastadas,

próximo a indústrias e distante de qualquer serviço essencial, como escolas, comércios e hospitais. (CHALHOUB, 1996).

O contexto apontado veio se tornar ainda mais drástico, a partir da especulação imobiliária iniciada logo após processo de industrialização brasileiro. O acesso a imóveis e bens de serviço se tornou uma realidade não pertencente à classe mais pobre, devido aos altos valores de alugueis e condições inacessíveis para compra de terrenos e imóveis, fazendo com que famílias se deslocassem para lugares inapropriados para moradia.

Assim, algumas formas de uso do solo realizadas pelo homem, como a ocupação irregular, potencializam vários fenômenos prejudiciais ao meio ambiente. Estes fenômenos associam-se, sobretudo, a constante retirada de mata ciliar de áreas ambientalmente preservadas, ocorrendo como consequência disto, deslizamentos de terra, enchentes, o assoreamento de rios e córregos, entre outros danos. (Ferreira, Sampaio, Silva, Mattos, 2004; Maricato, 2003).

E considerando a demanda por moradia e espaço urbano, estas ocupações, de maneira geral, é fruto de uma exclusão social, que não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a ausência de cidadania, a baixa escolaridade, a raça, o sexo e a pobreza, onde boa parte da população de baixa renda, sem condições financeiras, qualificações e/ou oportunidades para se inserir no mercado de trabalho, acaba ocupando áreas impróprias para o uso, muitas vezes encontradas em lugares de preservação, de risco ou insalubres, as quais apresentam algum grau de risco à segurança e à saúde da população, assim, formando um dos maiores problemas vivenciados pelas cidades brasileiras (MARICATO, 2003).

A cidade de Matinhos situada no litoral do Paraná tem como principal característica sua sazonalidade. Considerando que é uma cidade litorânea, é apenas durante um curto período do ano, na alta temporada, que a cidade recebe um grande contingente de pessoas para veraneio, sua maioria em residências próprias, alugadas, pousadas, hotéis, entre outros. E também devido à grande oportunidade de emprego nesta época, onde, algumas destas pessoas acabam ficando na cidade com o intuito de permanecerem nos seus respectivos empregos (BIRCKOLZ, 2012).

No entanto, nem sempre é isso o que acontece, pois nos outros meses do ano, na baixa temporada, a população mais carente sofre para conseguir seu sustento, devido a grande falta de emprego, o alto valor dos aluguéis, a ausência de

planejamento, de oportunidades, acesso aos serviços públicos, que são alguns dos fatores que retratam a realidade do município, faz com que esta população se desloque para locais inapropriados para habitação.

Portanto, a presente pesquisa tem como proposta analisar as consequências da ocupação irregular do solo para as famílias que residem em áreas irregulares e os impactos causados ao meio ambiente. Para tal, desenvolvemos este estudo a partir de análises de bibliografias e documentos. Realizamos também, pesquisas de campo que deram suporte para que construíssemos um estudo de caso, a fim de melhor exemplificar os aspectos sociais e históricos que deram origem a questão, bem como os impactos resultantes e os desafios postos na atualidade, no que diz respeito à necessária superação do problema da ocupação irregular urbana.

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica na medida em que se propõe a oferecer contribuições para o melhor entendimento da questão da ocupação irregular do solo. Neste sentido, a importância deste trabalho se apresenta em vários aspectos, primeiramente por ser uma produção científica que se coloca a buscar na realidade, respostas que melhor permitam compreender a questão da ocupação irregular do solo. Depois, porque objetiva demonstrar as consequências da ocupação irregular do solo para as famílias que residem em áreas irregulares, bem como os impactos causados ao meio ambiente.

Em outras palavras, temos a intenção de corroborar com a alteração da realidade, através da produção de conhecimentos construídos a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos que historicamente foram excluídos do direito à terra.

Acreditamos que as análises apresentadas neste trabalho, podem servir como referência de pesquisa e fonte de dados, tanto para estudantes do curso de Tecnologia em Gestão Imobiliária, como para estudantes e profissionais de outras áreas. Acreditamos também, que este conhecimento pode proporcionar a população litorânea, melhores condições de entendimento da sua própria realidade.

Para tal, fizemos uso da pesquisa realizada no bairro Vila Nova do município de Matinhos – Litoral do Paraná, o qual apresentou diversas complexidades com relação à ocupação irregular do solo.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O Litoral do Paraná é constituído por sete municípios, dentre eles localizam-se os municípios que deram origem às demais regiões do estado (Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná).

Deste modo, o processo de ocupação do solo destas regiões é bastante complexo, o que potencializa processos de investigação e pesquisa bastante amplos, dado que além de serem municípios do tempo do Brasil Colônia, são regiões contornadas por Mata Atlântica e banhadas pelas águas do oceano Atlântico, ou seja, possuem extensas áreas de proteção ambiental e são alvo de turismo sazonal todos os anos.

Dado o fato de que as ocupações irregulares ocorrem principalmente em áreas de preservação, de risco ou de insalubridades. Tendo em vista também que este é um problema inerente à urbanização, questionamos, quais são as consequências que ocorrem ao meio ambiente e à população que estabelece residência em locais irregulares?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Acompanhar o processo da ocupação irregular do solo numa área do bairro Vila Nova, Matinhos – PR, entre o final do ano de 2016 e final do ano de 2017, procurando entender como se deu este processo e quais os impactos socioambientais causados pelo mesmo.

1.3.2 Objetivos específicos

- Entender o conceito de ocupação irregular do solo;
- Acompanhar o processo da ocupação irregular do solo numa área do bairro Vila Nova, Matinhos – PR (entre o final do ano de 2016 e final do ano de 2017);
- Analisar os impactos socioambientais causados;
- Identificar quais foram os motivos pelos quais levaram a população a ocupar esta área.

1.4 INDICAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Por fim, cabe localizar a organização deste trabalho que se apresenta do seguinte modo: No Capítulo I, apresentamos a temática de modo geral e detalhamos os instrumentos, as técnicas e demais métodos utilizados no desenvolvimento da pesquisa; No segundo capítulo, abordamos os dois principais conceitos que compõem este trabalho (ocupação irregular do solo e urbanização); No capítulo III, discorremos sobre os impactos socioambientais causados pela ocupação irregular da terra. Na sequência, adentramos ao capítulo IV, onde apresentamos algumas das principais análises sobre o material coletado na pesquisa de campo e por fim, no capítulo V, expomos os resultados obtidos através do estudo de caso.

2 O PROCESSO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO URBANO

2.1 CONCEITOS DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO

A ocupação irregular do solo representa um dos principais problemas urbanos do país, se estendendo por grande parte do território urbano, a qual ocorre através de invasões, loteamentos clandestinos, irregulares e/ou grilados, resultando em diversos impactos ao meio ambiente e a sociedade.

Segundo Pinto (2003), ao discorrer sobre o parcelamento do solo, é necessário ressaltar que tal representa o instituto jurídico, o meio por onde é construída a urbanização, porém, infelizmente, boa parte do território urbano brasileiro atualmente é formada pela ocupação irregular do solo.

Para Birckolz (2012, p. 1) “o termo ocupação irregular refere-se a todos os assentamentos urbanos efetuados sobre as áreas de propriedade de terceiros, sejam públicas ou privadas.” Assim, tal ocupação irregular está presente tanto nos loteamentos clandestinos quanto nos loteamentos irregulares.

De acordo com Althaus, Alberto e Cabello (2004, apud SILVA 2008, p. 344) os loteamentos clandestinos são aqueles em que:

[...] loteadores parcelam terrenos de que, não raro, não têm título de domínio, por isso não conseguem a aprovação de plano, quando se dignam apresentá-lo à Prefeitura, pois o comum é que sequer se preocupem com essa providência, que é onerosa, inclusive porque

demanda a transferência de áreas de logradouros públicos e outras ao domínio público.

Pinto (2003) afirma que os loteamentos clandestinos são construídos à margem da legislação ambiental, urbanística, penal e civil, onde são abertas ruas, demarcando lotes sem qualquer controle do Poder Público.

De acordo com Fernandes (2003, p. 385), o Código Civil não estabeleceu regras para o parcelamento de solo urbano e rural, sendo que foi o decreto lei nº 58/37 que as estabeleceu. Assim, a partir deste momento, todo o parcelamento de solo necessita ser aprovado pela prefeitura municipal e registrado no cartório de imóveis anteriormente à venda dos lotes do terreno.

O Decreto Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 passou a exigir dos loteadores obrigações referente a infra-estrutura e projeto de parcelamento do solo, dispor de regras contratuais sobre a compra de terrenos mediante pagamentos em prestações - não tiveram eficácia para conter a proliferação de loteamentos populares sem condições de habitação adequadas. (FERNANDES, 2003, p. 371).

Ainda segundo o autor, além da planta e planos aprovados do loteamento, o loteador é obrigado a registrar o modelo de contrato de compromisso e venda, e compra que efetuará com os promitentes compradores que quisessem adquirir os imóveis a prazo.

Não trouxe nenhuma norma urbanística, porém poucos parcelamentos cumpriram suas determinações e, assim, fez surgir as figuras dos loteamentos irregulares e clandestinos. Criando a legalidade, tornou ilegais as ausências de aprovação, a falta de registro ou implementação dos parcelamentos desconforme ao aprovado. (FERNANDES, 2003, p. 385).

Já os loteamentos irregulares “são aqueles aprovados pela prefeitura, mas que não foram inscritos no Registro de Imóveis, ou o foram, mas são executados em desconformidade com a lei ou o plano e as plantas aprovadas” (ALTHAUS; ALBERTO & CABELLO, 2004, p. 201).

Considerando todas as regras impostas a representarem um loteamento legalmente reconhecido, a desobediência a toda e/ou qualquer regra, levaria a ilegitimidade do loteamento. Em outras palavras, mesmo cumprindo certas regras, se

não for cumprida uma sequer, o loteamento é de fato irregular.

Ainda sobre os loteamentos, Pinto (2003), argumenta que estes podem ser promovidos tanto pelos proprietários do terreno (proprietários legítimos) quanto por terceiros (proprietários não legítimos), onde quando é pelo proprietário, inúmeros não obedecem às exigências das leis federais, estaduais e/ou municipais, para não prejudicar seus interesses e já quando promovidos por terceiros, pessoas vendem terrenos alheios como se fossem os donos, ou seja, ilegalmente.

Em contrapartida, Maricato (2003) afirma que tais ocupações são também por muitas vezes incentivadas pelo poder público através de propostas de criação de leis que não proíbam e/ou legalizem o uso indiscriminado de áreas de risco, em detrimento de favorecimento pessoal e/ou especulação imobiliária, destacando-se, por exemplo, que as instituições públicas municipais omitem o conhecimento de tais ocupações ilegais, satisfazendo as necessidades dos municípios sem prejudicar de fato seus interesses.

A ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado, apontando a força esmagadora exercida pelas leis capitalistas de mercado. (MARICATO, 2003).

Assim, também constituindo o parcelamento irregular do solo, estão os assentamentos informais, possuindo origem de ocupações individuais, onde os próprios moradores os criam, se agregando a movimentos sociais ao longo do tempo, sendo chamadas de favelas.

Segundo Dias, Carvalho, Farias e Santos (2014) as irregularidades na ocupação do solo ocorrem de diversas maneiras, como: pelo ponto de vista da titularidade da terra; motivadas pela ausência de regularização nos órgãos municipais; ou, ainda pela inobservância das leis urbanísticas e ambientais. Porém, esse quadro ocasiona diversos impactos negativos, tanto para as cidades quanto para a população em geral.

Existindo assim, inúmeras consequências causadas pela ocupação irregular do solo urbano, como por exemplo, o aumento da dificuldade de acesso de transportes públicos a tais áreas, alagamentos, erosões, ligações clandestinas da rede elétrica que podem causar incêndios, entre outros danos.

[...] desarticulação do sistema viário, dificultando o acesso de ônibus, ambulâncias, viaturas policiais e caminhões de coleta de lixo; formação de bairros sujeitos a erosão e alagamentos, assoreamento dos rios, lagos e mares; ausência de espaços públicos para implantação de equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança; comprometimento dos mananciais de abastecimento de água e do lençol freático; ligações clandestinas de energia elétrica, resultando em riscos de acidentes e incêndios; expansão horizontal excessiva da malha urbana, ocasionando elevados ônus para o orçamento público. (PINTO, 2003, p. 3).

E ainda segundo o autor a ocupação do solo é vista como um:

[...] principais problemas urbanos, em áreas tão variadas quanto segurança, saúde, transportes, meio ambiente, defesa civil e provisão de serviços públicos. Esses problemas não afetam apenas a população neles residente, mas estendem-se para toda a população, seja pela ampliação desnecessária dos custos de urbanização, seja pelas externalidades negativas decorrentes de fenômenos como a contaminação e o assoreamento dos recursos hídricos e a disseminação de doenças contagiosas. (PINTO, 2003, p. 3).

Contudo, tendo em vista que, o crescimento desordenado das metrópoles, junto à grande parte da população que migra para zona urbana em busca de melhores condições de vida, vive abaixo da linha da pobreza, onde não possuem condições financeiras para adquirirem a moradia própria, devido às diversas restrições impostas pela Lei do parcelamento do solo, aos altos custos, além da grande burocracia para se lotear e a ausência de políticas governamentais adequadas, faz com que ocorra um constante aumento da ocupação irregular no país (ALTHAUS; ALBERTO & CABELLO, 2004).

Para que se tenha um entendimento mais aprofundado sobre a temática da ocupação irregular do solo urbano, é necessário que se estude e compreenda a história do processo de urbanização e desenvolvimento industrial. Além disso, é importante compreender que a carência de recursos públicos para provimento de serviços provoca escassez de terras urbanizadas, o que, por sua vez, sobrevaloriza o preço das mesmas, impedindo que a população de baixa renda tenha acesso a terras servidas, disseminando-se a prática de ocupações ilegais do solo.

2.2 BREVE HISTÓRICO

A questão da ocupação irregular do solo está diretamente relacionada ao processo de colonização brasileira. No período Brasil/Colônia, a ocupação do solo se deu através da doação de palmos de Terra e de Sesmarias, entregues pela Coroa Portuguesa. A seleção de quem estava apto a recebê-las era rigorosa, assim como as condições para obtê-las.

Segundo Oliveira (2012), a “nobreza da terra”, foi constituída no Brasil através de concessões pautadas na aproximação de relações com a nobreza portuguesa. Índios e negros não eram considerados dignos da doação de terras e muitos brancos também ficaram de fora, visto que não tinha relações com a nobreza. Somente em 1850, a partir da criação da Lei da Terra, a prática da doação de terras foi encerrada.

A Lei da Terra, institui e organizou a venda de Terras, mas a injustiça permaneceu, visto que só tinha condições de adquirir terras aqueles que já eram ricos por hereditariedade e/ou porque já haviam enriquecido a partir dos frutos das Terras concedidas pela coroa (OLIVEIRA, 2012).

Ao final do século XIX e início do XX, o Brasil passa por um grande processo de urbanização e desenvolvimento industrial, causando diversas mudanças na distribuição demográfica em seu território (PEQUENO, 2008). Neste período, promessas de melhores oportunidades de trabalho e renda nas cidades atraíam mais e mais pessoas, ocorrendo uma intensa migração da população do campo para as cidades.

Com a Revolução Industrial, começaram a surgir às cidades, melhorando na qualidade de vida e trabalho destas metrópoles. Este processo de industrialização, também teve enquanto resultado, o inchamento das cidades em um ritmo muito acelerado.

Houve o crescimento desordenado nas cidades, levando à povoação em morros, beiras de rios e mangues, resultando na degradação ambiental, no aumento da pobreza, da exclusão social, da marginalidade, no processo de favelização, processo este que faz com que a população seja excluída da política, social e administrativamente. (MARICATO, 2003).

Souza (2005, p. 65), descreve que após a monarquia, a crise de habitação estava diretamente relacionada ao surto manufatureiro-industrial, ao final do século XIX, mais especificamente na região sudeste do país, assim, com o declínio da

produção de açúcar, café e algodão, aumentou a necessidade de moradia em áreas urbanas, devido à abolição da escravidão e à migração rural.

Com a abolição da escravidão, partindo das idéias da nova mentalidade de influência européia, com o fim da Monarquia e início da República, no que tange ao Brasil, principalmente às metrópoles, o negro recém-liberto, sem instrução escolar, acostumado à relação servil (senhor/escravo), torna-se obsoleto na sociedade, pois não se ajusta às reais necessidades da demanda profissional. Suas qualificações são ínfimas perante uma realidade de industrialização, modernização, onde a tecnologia e as novas técnicas de produção exigem um certo conhecimento formal, priorizando, mais uma vez, o homem branco no mercado de trabalho, principalmente os imigrantes italianos, alemães, franceses, que vieram em busca de oportunidade nas terras brasileiras, cujos conhecimentos se moldavam à realidade industrial e capitalista. Mesmo no trabalho do campo, as técnicas de plantio e de produção em geral, exigiam novos mecanismos, alheios aos negros recém-libertos. Com a urbanização e a reforma das cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, o negro é colocado à margem da sociedade, sendo “empurrado” às periferias, formando as conhecidas favelas. (MENTA, 2008, p. 04).

Segundo Pellegrino (2014), na cidade de São Paulo, a industrialização aumentou no começo do século XX, junto a investimentos no café, levando à urbanização desenfreada da capital, considerando que a crise de moradia já existia desde o final do século XIX, diretamente relacionadas a atividades laborais cafeeiras.

Ainda de acordo com a autora, devido à procura por moradia, houve o aumento dos valores nos aluguéis, transformando antigos centros urbanos, havendo a mudança de populações de habitações proletárias antigas para periferias imediatas, e, tais ocupações populares, localizavam-se próximas a centros urbanos e arredores, possuindo condições sanitárias precárias, surgindo discussões relacionadas a áreas insalubres, junto a políticas de saúde pública e saneamento a fim de combater a desordem.

Ribeiro (1996), afirma que assim que foi criada a falsa ideia de que a pobreza era extinta juntamente ao desenvolvimento, sendo que os trabalhadores, residindo em casas próprias e bairros adequados, igual aos países industrializados, para que assimilasse a modernidade ao desenvolvimento, notando-se que em cidades brasileiras em que a ampliação urbanística e industrial aconteceu antes, romperiam primeiramente também o sistema do aluguel.

Surge então a crescente oferta de loteamentos populares no mercado imobiliário, tal solução que logo foi continuada pela produção estatal de moradia, em grandes conjuntos habitacionais, aumentando possibilidades da “casa própria” no Brasil, verificando-se que, em 1940, apenas 26,4% dos domicílios eram próprios; já em 1980 esse último número passa a 54,5%. Tal fenômeno parece ter ocorrido com mais intensidade entre as camadas sociais de menor renda do que entre os estratos médios. (RIBEIRO, 1996).

Segundo Teixeira (1978), no começo do século XX, os antigos instrumentos para posse e uso da terra dominavam áreas urbanas, baseados em concessões e/ou arrendamentos, sendo grande parte destas terras do poder público, onde tais instrumentos foram substituídos pelo novo sistema de compra/venda de terrenos, originando parcelamentos de loteamentos nos arredores de áreas urbanas, melhorando a economia urbana e empreendimentos imobiliários.

O processo de produção habitacional, que, até então, envolvia o proprietário fundiário, o construtor e o usuário, aciona o papel do incorporador, que dinamizará a produção capitalista de moradias, passando a produzir mercadorias imobiliárias eminentemente no mercado de vendas. O sistema rentista de produção da habitação, que havia predominado sob a regência do detentor da posse da terra, gradativamente passa a ser substituído pelo capital imobiliário moderno. (RIBEIRO, 1996).

Maricato (1996, p. 38), afirma que a legislação urbanística no Brasil tem suas primeiras medidas oficializadas ainda no final do século passado, através dos Códigos de Posturas Municipais de São Paulo (1886) e do Rio de Janeiro (1889), proibindo a construção de "edificações acanhadas" nas áreas mais centrais.

Surgindo assim, de restrições impostas às habitações coletivas insalubres, incentivos à construção de habitações “higiênicas” e a abertura de novos loteamentos, caracterizando novas formas de atuação do Estado no espaço urbano, sendo que os primeiros códigos, estabelecidos pela política sanitária, limitavam a construção de vilas operárias em terrenos fora da aglomeração urbana, definiam um número máximo de unidades a serem agrupadas e proibiam a subdivisão em habitações coletivas.

Ainda de acordo com a autora, no ano de 1894, em São Paulo, surgiu o primeiro Código Sanitário Estadual, que adotou um posicionamento rígido nesse sentido, bem como o estabelecimento das primeiras medidas normativas urbanísticas, que deram

origem à exclusividade de determinados bairros para fins residenciais, criando normas diferenciadas e uma maior permissividade de uso nas ocupações da periferia, assim, o estabelecimento da legislação, desde os seus primórdios, em nome da questão higiênica, não necessariamente implicou a garantia de melhores condições de habitabilidade nas cidades, assim, as normas seletivas para os tipos de habitação em determinadas áreas urbanas contribuíram para intensificar o processo de segregação espacial da população pobre, empurrada para a periferia desde então.

Em contrapartida, houve a ampliação de possibilidades de lucros imobiliários, fortalecendo a segmentação da cidade por grupos de renda e, em consequência, distinguindo o espaço construído, notando-se a omissão do poder público na maneira de ocupação dos bairros pobres, permitindo o crescimento desordenado, comprometendo assim não só a eficácia do aparato urbanístico, como suas próprias definições.

A desordem aparente é fruto não da “falta de plano”, mas da formulação de um “pacto territorial” que preside o desenvolvimento da cidade, “impedindo-a de crescer com graça, justiça e beleza”. (ROLNIK, 1997, p. 14).

Ribeiro e Pechman, (1983, apud SOUZA, 2005, p. 67), lembram que tal urbanização acelerada verificada nas primeiras décadas deste século logo suscitou a discussão do déficit habitacional, entendido como defasagem entre crescimento populacional e ofertas de novas moradias. Segundo essa perspectiva, esse seria o principal motivo que teria levado ao surgimento de habitações precárias e à elevação dos preços da moradia no mercado.

Tal visão é contestada por Ribeiro e Pechman, com a seguinte argumentação: “Se existe ‘déficit habitacional’ é porque grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado da produção de moradias”. Para esses autores, são duas as razões: “de um lado, uma distribuição profundamente desigual da renda gerada na economia e, de outro lado, as condições que regem a produção capitalista de moradias no Brasil, que impõem um elevado preço ao direito de habitar na cidade”. (RIBEIRO & PECHMAN, 1983, p. 9).

O capital imobiliário crescente criou diversos loteamentos na área urbana, com investimentos distintos, restringindo-se a populações pobres, sendo parcelamentos populares, sem infraestrutura sanitária adequada, localizados em terras longínquas.

Assim, devido aos baixos índices de absorção, no mercado formal, das pessoas recém-chegadas à cidade, que se ocupavam, basicamente, de prestação de serviços e biscates, portanto com ganhos insuficientes para aquisição de habitação pronta, restava-lhes a opção da compra do lote, onde tais novos proprietários, geralmente, mantinham o aluguel anterior, até quando, quitado o lote, iniciavam aos poucos a autoconstrução da casa. Isso ocorre mesmo no caso de São Paulo, onde o operariado industrial constituía um segmento crescente. (BONDUKI, 1999).

Segundo o IBGE (Censo, 1991), a produção de habitação no Brasil e sua relação com as políticas públicas sofreram grandes mudanças no período pós-Segunda Guerra. No bojo dessas mudanças estava, evidentemente, a ampliação do modelo de desenvolvimento industrial moderno para todo o país. Intensificam-se os fluxos migratórios inter-regionais e os processos de urbanização acelerados nas demais cidades-capitais, tendo a população urbana passado de 30%, nas décadas de 1930/40, para um índice atual de 75,5%, em relação à população do campo.

Ainda de acordo com o IBGE (1991), assim, grandes mudanças econômicas e políticas resultaram numa nova ordem sócio espacial e novas funções para o Estado, no setor urbano, que passa a interagir com os segmentos capitalistas, industriais e imobiliários, e com um contingente de população maior, mais concentrado e diversificado.

O conseqüente processo de reestruturação do espaço, que então se inicia, teve a habitação como a forma de ocupação mais dinâmica nesse processo. Esse é um momento em que vêm à tona as primeiras questões sobre erradicação de favelas, associadas ao “atendimento” de déficits habitacionais, que serão enfrentadas por uma nova política habitacional, com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH (Lei n. 4.380/64).

Azevedo e Andrade (1982, apud SOUZA, 2005) afirmam que o BNH, utilizando os recursos do FGTS e da Poupança, foi investido nas funções de órgão central dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento, com competência federal para orientar, disciplinar e controlar os referidos sistemas, visando a promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda.

Os interesses da indústria de construção e do setor financeiro desempenham papel fundamental na formação da política

habitacional, bem como a produção para as classes de renda mais alta foi intermediada pelos bancos privados, que financiavam diretamente as empresas incorporadoras e, finda a construção, repassavam os financiamentos de longo prazo para os mutuários finais. (MELO, 1988).

Assim, excluía-se famílias que não dispunham de renda mínima ou comprovação de renda. Desta forma, montada sobre um sistema que privilegiou os agentes financeiros, incorporadores e empreiteiros, essa política habitacional dinamizou amplamente o setor de construção civil, uma vez que os financiamentos foram dirigidos diretamente ao produtor.

Ainda segundo Melo (1988), até final dos anos 70, o sistema BNH/SFH deu ênfase à produção de novas unidades em conjuntos habitacionais de casas e apartamentos na periferia, onde os limites da demanda solvável logo impuseram outros projetos, envolvendo a autoconstrução, tais como lotes urbanizados, unidades-embrião, além da tentativa de uso de tecnologias alternativas para a construção, que evidentemente não lograram sucesso no seu intento, diante da estreita possibilidade de retorno do investimento.

Assim, a insistência de favelas e de parcelamentos informais fez expandir o financiamento público para outros tipos de atuação, que passaram a considerar a favela como solução. Nesse sentido, na década de 1980 incrementaram-se os financiamentos do BNH/SFH para intervenções em áreas ocupadas, tais como infra-estruturação, enfim, medidas para urbanização e melhoria de áreas ocupadas informalmente. Ampliam-se as redes de infra-estrutura urbana básica de água, energia e sistema viário nas grandes cidades. (MELO, 1988).

De acordo com Valladares (1991, apud SOUZA, 2005), o que se considera periferia, refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez mais para longe da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo, assim tal fenômeno é o resultado de uma combinação de fatores: o empobrecimento crescente dos estratos baixos e da classe trabalhadora em geral; a expulsão das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado do aluguel; a crescente especulação imobiliária.

Em tais grandes metrópoles, no início dos anos 80, embora as favelas continuassem a crescer, já não cresciam tanto quanto os loteamentos populares implantados nas periferias. No Rio de Janeiro, em 1980, havia 376 favelas e 427 loteamentos irregulares. Desses, cerca de 60% surgiram na década de 1960/70, o que ocorre em paralelo à diminuição da taxa de crescimento da população favelada, que passou de 97,9%, em 1960, a 68,7%, em 1970, e a 27,8%, em 1980. (Cavallieri, 1986 apud Valladares, 1991, p. 102-103).

Bonduki (1999), afirma que estas tendências levam os referidos autores a sustentar a hipótese da saturação do “modelo favela” e ascensão do “modelo periferia” como forma de configuração urbana e alternativa habitacional. Nessas circunstâncias, o trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução foi a forma que viabilizou a moradia para uma grande parte da população de baixa renda, padrão que deu origem a uma ampla gama de soluções habitacionais de baixo custo.

Na expansão periférica ocorrida nessas cidades destaca-se a ação dos loteadores, que se caracteriza pelo modo arbitrário e especulativo como definiram o parcelamento do espaço. No entanto, ela esteve estreitamente articulada com outros segmentos da iniciativa privada, como o transporte coletivo, sob uma vigilância pouco eficaz do poder público. (SAMPAIO, 1994).

Assim, de acordo com o autor, as primeiras iniciativas para controle dessa questão surgem com medidas punitivas anunciadas na famosa Lei 6.766/79, satisfazendo a reivindicação popular, criminalizando o loteador “clandestino”, possibilitando, inclusive, a suspensão do pagamento, tendo em vista a viabilização de obras de infraestrutura não implantadas.

Isto posto, para que se compreenda tal criminalização a fim de possibilitar a suspensão do pagamento e viabilizar obras de infraestrutura não implantada, é imprescindível reflexões acerca da questão social e ambiental da ocupação urbana, bem como anteriormente a tais questões. Faz-se necessário também o estudo da urbanização, sendo necessário o desenvolvimento de políticas públicas de regularização sustentáveis, distribuindo de maneira mais igualitária, os custos advindos da urbanização, facilitando, assim, o acesso da população mais carente às condições dignas de vida urbana em terras devidamente regularizadas.

Em suma, a urbanização brasileira foi marcada pela questão do êxodo rural, onde a população do campo migrou para a zona urbana em busca de melhores

condições de vida. Porém, quando chegam ao meio urbano não conseguem se adaptar tão facilmente, não havia empregos para todos, as condições sociais e culturais eram muito diferenciadas da vida no campo. Devido às condições precárias foram forçados a ocupar regiões desvalorizadas, afastadas, inadequadas e/ou irregulares (BIRCKOLZ, 2012).

Assim, os sem-terra do campo se tornaram os sem-teto da cidade. A demanda por moradia no espaço urbano, resultaram em ocupações irregulares e insalubres e a parte da sociedade que habita estes lugares pode ser apresentada na forma de indicadores como grupos que vivenciam cotidianamente: ausência de cidadania; baixa escolaridade; exclusões étnicas, de sexo e também de gênero; pobreza, ausência de qualificações e/ou oportunidades para se inserir no mercado de trabalho e extrema pobreza.

Neste contexto, aos sem-teto da cidade, restou a ocupação de áreas impróprias para o uso habitacional, muitas vezes encontradas em lugares de preservação ambiental, risco ou insalubres. Áreas as quais apresentam algum grau de risco à segurança e à saúde da população. Em outras palavras a questão da ocupação irregular do solo é fruto de exclusões sociais diversas (MARICATO, 2003).

3 A OCUPAÇÃO URBANA – UMA QUESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

3.1 OS IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO

De acordo com Mota (1999), urbanização define-se como a produção do espaço, onde o rural passa por modificações físicas e/ou sociais, com base no valor que é dado a terra pelo meio profissional, tornando-o comerciável. Processo que resulta do comércio da terra (inaugurado pelo capitalismo), e que agrega valor conforme a infraestrutura dedicada a ele, bem como às atividades econômicas, e, por inúmeros valores culturais que variam com o tempo.

Percebe-se que o aumento da urbanização, associado ao aumento da população em áreas urbanas, resulta na degradação do meio ambiente, visto que existem significativas mudanças e inúmeros impactos à natureza, bem como ao próprio ser humano, à sociedade e à economia.

Segundo a resolução 001 do CONAMA (1986), os principais impactos ambientais causados pela ocupação irregular do solo são dentre outros, alterações na composição química e física dos solos, contaminação de corpos hídricos, poluição do ar, erosão, ilhas de calor, inversão térmica, dentre outros.

O impacto ambiental é toda e qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria e energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

De acordo com Del Grossi (1991), as décadas de 60, 70 e 80 foram de grande importância na tomada de decisões econômicas e políticas na contribuição da expansão de distribuição população do espaço, lembrando que como resultado de tal expansão, houve alterações nos processos geomorfológicos¹, como cheias e desabamentos, por exemplo, criando inúmeros problemas para a população.

Lembrando que a ocupação urbana modifica a drenagem pluvial e fluvial, tornando necessárias intervenções que devem levar em consideração a integração geral do sistema de infraestrutura urbana.

Coelho (2004), afirma que uma cidade é formada a fim de suprir a necessidade humana de pertencer a uma sociedade, bem como nas inter-relações e nas organizações do bem-estar da mesma.

Segundo Tundisi (2003, apud SOUSA, 2005), a vida urbana contribui em tal necessidade humana resultando em grandes aglomerados urbanos, não estando equilibrado na proporção da capacidade de suporte do meio ambiente, bem como dos impactos no mesmo e no próprio homem, a exemplo disto, o impacto no ciclo hidrológico causado pelo aumento repentino da urbanização.

Ainda de acordo com o autor, como resultado, a população e o meio ambiente sofrem com tal impacto, causando mudanças na drenagem favorecendo deslizamentos, enchentes e desastres devido ao desequilíbrio no escoamento de águas.

¹ O ponto de partida para a investigação das variações, no tempo, das formas do modelado. As variações dessas formas do modelado representam respostas a variações espaciais e temporais nos processos, e a variações espaciais nos materiais e nas formas sobre as quais atuam tais processos. (COIMBRA, 1990).

Para que se entenda a ocupação desordenada do solo, é preciso compreender a definição do planejamento urbano, de uma forma multi setorial, definições estas que considerem tanto o meio ambiente quanto o ser humano em aspectos sociais, econômicos, territoriais, e administrativos.

De acordo com Mota (1999, apud SOUSA, 2005), esta visão multi setorial tem por objetivo manter os recursos ambientais proporcionando uma real qualidade de vida, sendo que o avanço, a escala e a velocidade da urbanização se tornam problemas somente pelo modo que ocorrem.

A urbanização que é o fenômeno caracterizado pela concentração cada vez mais densa de população em aglomerações de caráter urbano. (Dicionário Aurélio, 1988).

Ainda segundo Mota (1999 apud SOUSA, 2005), a urbanização repentina e desordenada nas metrópoles brasileiras provoca enormes mudanças culturais, ambientais e sociais, sendo que mais de 80% da população vive nas cidades, considerando os problemas que resultam de tal urbanização, nota-se que há o comprometimento do meio ambiente, ao aumento da desigualdade social, bem como a exclusão populacional de pessoas de baixa renda, obrigando-as a ocupar áreas inadequadas.

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos “*UN-Habitat*”, afirma que a população urbana mundial se multiplicou por 5 (cinco) entre os anos de 1950 e 2011. Nota-se que foi a principal causa da rápida industrialização ocorrida no período da guerra e da conseguinte urbanização acelerada, onde tal crescimento resultou na ocupação desordenada das áreas urbanas, sendo que a população passou a ocupar locais não apropriados, como por exemplo encostas, morros, margens e córregos e periferias, iniciando assim, uma favelização (FERREIRA, 2004).

Para Ferreira (2004), dentre diversos problemas ambientais resultantes da urbanização estão à impermeabilização do solo, a poluição visual e sonora, as alterações climáticas, a chuva ácida, a ausência de saneamento, a ausência do tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos, o efeito estufa.

Tais problemas acima citados são apenas alguns dos problemas ambientais, isto sem considerar os problemas sociais, que, de acordo com Ferreira (2004), o processo brasileiro de urbanização resulta em uma crescente desigualdade, excluindo

os economicamente menos favorecidos, a exemplo disto, nota-se a ausência de fácil acesso à serviços públicos, à infraestrutura básica, sendo obrigados a viverem em situação precária em arredores de metrópoles.

Assim, as exclusões sociais juntamente à segregação territorial resultam no aumento da mortalidade infantil, diminuem o grau de escolaridade, bem como na perspectiva de vida, baixando significativamente a qualidade de vida e na degradação ambiental.

Ainda segundo o autor, os processos sociais e econômicos que estabelecem a integração mundial, aumentam diretamente a desigualdade social, de maneira que apenas os que são economicamente favorecidos podem se beneficiar de serviços como saneamento básico, etc., sendo que a maioria da população permanece vulnerável e desfavorecida, necessitando entender que a legalidade crescente das formas populares de uso e ocupação do solo deve ser enfrentada com urgência e vigor, dadas às suas sérias implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

É necessário também, compreender ainda mais tal fenômeno, o qual possui como causas principais a ausência de segurança, bem como a falta de capacitação financeira, o que leva a classe social menos favorecida a uma intensa vulnerabilidade política, jurídica e econômica.

A Constituição Federal de 1988, instrumento fundamental para a aplicação de políticas urbanas e ambientais, ao fixar o princípio da função social da propriedade, e ao reconhecer o meio ambiente como essencial à sadia qualidade de vida, impôs ao legislador, ao aplicador do direito, ao administrador público e à toda coletividade uma nova postura de defesa dos direitos urbanísticos e ambientais. (CFB, 1988).

Segundo Moreira (2013), nota-se que a ordem jurídica ainda não conseguiu adequadamente tutelar os direitos coletivos lato sensu, permitindo a proliferação de formas de uso e ocupação ilegal do solo, causando severas degradações sociais e ambientais, sendo que existem inúmeras causas para o não cumprimento da lei urbanístico ambiental, por exemplo, ausência da política de ocupação urbana municipal, falhas no plano diretor municipal, falta e a má utilização de recursos financeiros públicos, etc.

Ainda de acordo a autora, é necessária que seja analisada a maneira de representação política a fim de que a sociedade participe diretamente do processo, juntamente à materialização de novas estratégias de gestão urbana, por meio da

implementação dos planos diretores, exigindo também à criação, estruturação de Promotorias Especializadas, a efetiva democratização de acesso ao Poder Judiciário para o reconhecimento e defesa dos direitos transindividuais em matérias urbanísticas e ambientais.

3.2 A PROTEÇÃO LEGAL AO MEIO AMBIENTE

De acordo com Milare (2000, p. 95), as imposições feitas para o parcelamento do solo são baseadas nos princípios do direito ambiental, sem esquecer que, ao requerer autorização de parcelamento do solo, é preciso que haja um planejamento estadual e/ou municipal a fim de organizar as diretrizes, identificando o percentual e a área para uso público, precedentes a questões da impossibilidade de desafetação de tais áreas, consideradas bens públicos.

Portanto, a lei do parcelamento do solo urbano, foi criada para a urbanização de cidades, a fim de controlar o crescimento desordenado das mesmas, e para tal objetivo, esta lei estabelece uma política de organização, controle e fiscalização da ocupação da população no solo urbano das cidades.

Fernandes (2003, p. 469), afirma que o crescimento desordenado do espaço urbano é um antigo problema no desenvolvimento do país. Sabendo-se que primeiramente o homem destruiu o meio ambiente a fim de satisfazer as suas necessidades pessoais, sem ao menos se preocupar com a sustentabilidade, não levando em consideração que os recursos naturais e o meio ambiente natural não são infinitos.

Assim, quando percebem que os recursos acabam e que o meio ambiente acaba, juntamente à criação de favelas, construções ilegais, loteamentos clandestinos, começam a dar importância à sustentabilidade e à necessidade da ocupação ordenada, criando inúmeras regras.

Segundo Hough (1999), o urbanismo possui relação direta com a ecologia, discursando sobre a problemática entre o urbanismo e o meio ambiente na determinação da ocupação de cidades e na distribuição de serviços urbanos, esclarecendo que por longos anos os significados de humanidade e de natureza eram analisados separadamente sem ter relação alguma, sendo que juntamente à evolução da humanidade e dos municípios, perceberam a influência e importância da natureza na construção da cidade.

Assim, a ordenação do espaço urbano representa um dos mecanismos essenciais à política do meio ambiente, demonstrando a importância da organização do espaço a ser habitado, passando às restrições da Lei nº 6.766/79, obtendo assim o correto desenvolvimento do município, de modo sustentável, bem como com o mínimo de impacto ambiental.

O artigo 3º. da Lei 6.766/79 impede o parcelamento do solo em distintas áreas, como por exemplo, terrenos com alagamentos, sujeitos a inundações, para assegurar o escoamento das águas, em terrenos os quais tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem saneamento prévio, como também em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), e em terrenos de áreas de preservação ecológica e/ou em áreas em que a poluição impeça condições sanitárias mínimas. (BRAGA, 2004).

De acordo com Fernandes (2003), é proibida a construção em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), e, em contrapartida, existem as favelas, que habitualmente representam ocupações de áreas e terrenos não apropriados e/ou inadequados para se morar, pois se originam em encostas de morros de alta declividade, sendo totalmente vedado pela lei do parcelamento do solo, fatalmente sujeitos a frequentes desmoronamentos.

O desmoronamento é uma consequência das construções feitas no lugar da vegetação, que, muitas vezes provocam o aumento do escoamento superficial das águas das chuvas, ampliando a capacidade erosiva e o deslizamento do solo. (FERNANDES, 2003).

Segundo Fernandes (2003), as áreas de proteção de mananciais, de patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico são definidas por legislação estadual ou federal, exemplos destas são florestas de preservação permanente, os parques nacionais, estaduais e municipais, as reservas biológicas, as reservas de caça, as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental.

Sem esquecer ainda a problemática da ocupação dos mananciais para fins de moradia, haja vista que eles são de grande importância, pois além de ser fonte de água potável, também são formados por ecossistemas como várzeas, brejos e alagados com uma enorme variedade de espécie animais, assim, os mananciais não devem ser ocupados pelo homem, contudo, tal ocupação ocorre.

Para que ocorra o equilíbrio ambiental é preciso que se atente a tais limitações na hora de construir, a fim de prevenir danos ao meio ambiente, na medida em que os danos causados podem ser fatalmente irreversíveis, afetando a população de forma trágica.

3.3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

É notório que a ocupação desordenada é uma das consequências da junção de inúmeros fatores, como por exemplo, as faltas de fiscalização de autoridades públicas, que, negligenciando tal fato, agem apenas posteriormente à ocorrência de acidentes com várias perdas.

De acordo com Domingos (2010, p. 138), as relações do homem com o meio ambiente é um tema muito debatido cientificamente, sendo de grande importância realizar cada vez mais estudos sobre o manejo adequado de tais áreas, a fim de realizara ocupação racional, minimizando assim todos impactos.

Casagrande (2009, p. 158), afirma que a urbanização do planeta aumenta rapidamente, onde as populações das cidades atingirão milhões e milhões de habitantes, tratando-se de uma urbanização intensa e, infelizmente, desordenada.

É comum acontecer diversas tragédias em consequências de ocupações desordenadas e irregulares dentro dos espaços urbanos, como o descaso e a omissão de órgãos responsáveis pela fiscalização, bem como a falta de conscientização das próprias vítimas.

Assim, tal problemática social cresce a cada dia, possui a urgente necessidade da conscientização da sociedade como um todo, e, especificamente de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e pela gestão da utilização do dinheiro público, buscando um criar uma política de planejamento e/ou ação social pelos responsáveis, prevenindo todo e qualquer impacto negativo.

A sociedade enfrenta tal desafio na resolução correta e segura não só no aspecto ambiental, mas também no sentido social, tentando equilibrar o problema da ocupação urbana irregular que advém do imenso aumento populacional.

Casagrande (2009, p. 161), afirma que em áreas de grande expansão urbana, os processos erosivos ameaçam a população, sendo que a erosão pode ter relação com obras, e/ou resultante de processos naturais que vêm de características da

cidade, havendo ainda lugares onde tais causas influenciam diretamente em consequências negativas.

Quando se pensa no lixo urbano e no saneamento, por exemplo, considera-se o crescimento das cidades, surge à escassez de áreas para a destinação do lixo sólido, e, com o aumento do consumo de produtos industrializados e descartáveis, aumenta consideravelmente o volume de lixo significativamente, sendo que o destino do mesmo torna-se fatalmente um enorme problema da sociedade atual.

Além de todos estes problemas citados acima, não se pode esquecer que legalmente os moradores destes loteamentos irregulares não são proprietários destes terrenos, sendo que para se regularizar urbanisticamente é a condição para o registro legal, individualizando todos os lotes, registrando os mesmos.

Junto a tais loteamentos, existem também assentamentos informais criados por moradores, podendo ter origem nas ocupações individuais e/ou coletivas, organizadas ou não por movimentos sociais, muitas vezes chamados de favelas.

Isto tudo influencia na questão social causada pelas consequências da ocupação irregular do solo urbano, como por exemplo, a desarticulação do sistema viário, dificultando o acesso da própria população a linhas de ônibus, a ambulâncias, a viaturas policiais, bem como caminhões de coleta de lixo, criando assim bairros propensos à erosão e a alagamentos, a assoreamento de rios, a falta de espaços públicos para implantação de equipamentos de saúde, lazer, educação e/ou segurança, comprometendo os mananciais de abastecimento de água e/ou de lençóis freáticos, ligações clandestinas de energia elétrica, podendo causar incêndios, etc.

Tais consequências sociais se dividem em áreas de segurança pública, saúde pública, transportes públicos, defesa civil, bem como a provisão de serviços públicos, estendendo não somente à população residente, como também a toda população, lembrando-se dos possíveis fenômenos, como por exemplo, a contaminação e/ou o assoreamento de recursos hídricos e a disseminação de inúmeras doenças contagiosas.

4 METODOLOGIA

Segundo Moresi (2003, p. 8), a metodologia de pesquisa é “um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base

procedimentos racionais e sistemáticos”, ou seja, uma pesquisa é realizada quando se tem um problema e precisa-se de informações para solucioná-lo.

Neste sentido, para a construção desta pesquisa, foram utilizados os procedimentos metodológicos com base em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso contemplando pesquisa de campo quantitativa e pesquisa de campo qualitativa, e técnicas de entrevistas e observação.

Gil (2010, p. 29) conceitua pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Portanto, a pesquisa bibliográfica foi utilizada como fonte de pesquisa para a primeira parte do estudo, utilizando-se de material que foi elaborado por outros autores, interligando-os com a parte prática do trabalho. Pesquisaram-se temas, tais como: ocupação irregular do solo, urbanização, impactos socioambientais, entre outros.

Utilizou-se também a pesquisa documental, a qual é descrita por Vergara (1998, p. 46) como a pesquisa que:

É a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, vídeo [...] e outros.

A pesquisa documental assim como Vergara descreve, foi realizada a partir de relatórios de fiscalização disponibilizados pelo ICMBio, o que foi de suma importância para esta pesquisa, visto que possibilitou o levantamento de diversos dados que ofereceram subsídios para que nos fosse possível atingir os objetivos propostos do trabalho. Os relatórios abordam a descrição de denúncias feitas, decorrente de invasão e desmatamento no interior do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange (PNSHL), na área urbana de Matinhos.

Para que fosse possível desenvolver análises de maior profundidade, optou-se pelo estudo de caso do processo de ocupação de uma das áreas do bairro Vila Nova. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 276), este tipo de estudo se refere ao “levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos.” Sendo assim, consiste num estudo amplo e detalhado, ou seja, complexo, de um ou mais objetos buscando um maior conhecimento do mesmo.

Contemplando o estudo de caso, foram utilizados os recursos da pesquisa de campo quantitativa e qualitativa.

Segundo Moresi (2003, p. 8) a pesquisa de campo quantitativa, é a pesquisa que “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas [...]”

A pesquisa quantitativa foi desenvolvida através de duas saídas de campo com a turma de Tecnologia em Gestão Imobiliária – TGI2016, acompanhados pelo Prof. Dr. Ricardo Rodrigues Monteiro, responsável pelo módulo de “Cadastro Georreferenciado II”, onde visitamos a área de estudo no bairro Vila Nova, com o intuito de conhecer melhor a área e a realidade da população residente da mesma.

Desenvolvemos um trabalho em equipe em sala de aula, onde elaboramos um boletim cadastral, instrumento que deu base para a realização das entrevistas com os moradores do local, e também nos possibilitou coletar dados gerais e as coordenadas (x/y) das moradias com o uso do GPS, para a elaboração do georreferenciamento do local (mapeamento da área). Os materiais e método das trilhas/pontos da área/moradias foram georreferenciadas em campo com o uso de aparelho Garmin GPSmap 60S, sendo os mapas posteriormente confeccionados pelos autores com auxílio dos softwares de geoprocessamento gvSIG Association 2.3.1.2501 final e Google Earth Pro, com utilização da base de dados georreferenciados do ICMBio/PNSHL. As fotografias foram tiradas com câmera digital de smartphone Samsung Galaxy J7 Prime.

Já a pesquisa qualitativa, segundo Fonseca (2002, p. 32) “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.” Portanto, foram utilizadas duas técnicas para esta pesquisa, técnicas por meio de entrevistas e a outra por meio de observação.

De acordo com Martins (2008, p. 27) a entrevista:

Trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador.

Deste modo, entrevistamos o Chefe do PNSHL, através do uso de um gravador, o qual nos possibilitou melhor analisar e compreender os dados coletados. Cabe apontar que o entrevistado, nos forneceu documentos de grande valia para a pesquisa. Entrevistamos a Promotora de Justiça de Matinhos, através de um questionário encaminhado a ela. E, realizamos também, 4 entrevistas com moradores que moravam na área durante o período estudado, também através da utilização de um gravador.

A técnica da observação teve grande relevância para a construção deste processo de pesquisa, visto que potencializou a identificação e a obtenção de resultados a respeito dos objetivos da pesquisa. Processo que se deu através do contato direto com a realidade da população que residia na área estudada.

Marconi e Lakatos (2011, p. 277), definem a técnica de observação da seguinte forma:

A Observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

A técnica da observação teve grande relevância para a construção deste processo de pesquisa, visto que potencializou a identificação e obtenção de resultados a respeito dos objetivos da pesquisa, o qual nos possibilitou um contato mais direto com a realidade da população que residia na área estudada. Utilizamos dessa técnica para conhecer/analisar a área de estudo, como as condições de vida das pessoas que residiam no local.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 GEORREFERENCIAMENTO DA ÁREA

Como abordado no capítulo da metodologia, o georreferenciamento das

moradias (FIGURA 1) as quais se encontravam na área de estudo, foi desenvolvido a partir de duas saídas de campo com a turma de Tecnologia em Gestão Imobiliária – TGI2016, acompanhados pelo Prof. Dr. Ricardo Rodrigues Monteiro, responsável pelo módulo de “Cadastro Georreferenciado II”.

FIGURA 1 – GEORREFERENCIAMENTO DAS MORADIAS CADASTRADAS E TRILHAS

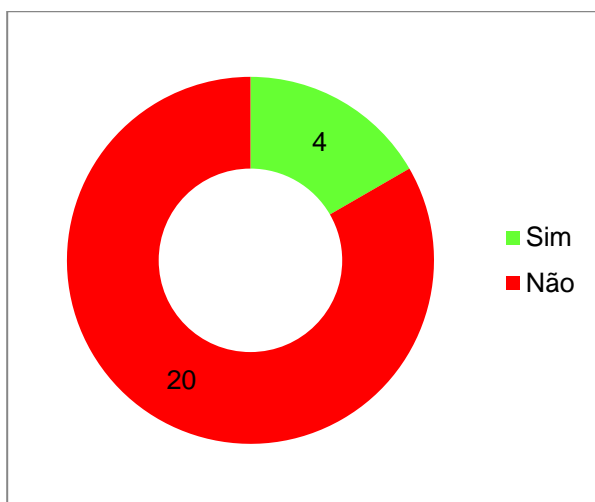


FONTE: Os autores (2018).

Inicialmente, em sala de aula, desenvolvemos um boletim cadastral (ANEXO) o qual foi aplicado aos moradores do local. O boletim cadastral nos possibilitou coletar dados gerais, como: infraestrutura urbana, situação das construções, questões territoriais, socioeconômicas e os motivos que levaram as pessoas a ocupar esta área que também é um dos objetivos da pesquisa. Foram coletadas também as coordenadas geográficas (UTM) x e y das moradias utilizando um GPS, para a elaboração do georreferenciamento das moradias do local.

Posteriormente, a turma foi dividida em 3 equipes (A, B e C), onde cada equipe ficou responsável por aplicar os boletins cadastrais para o máximo de moradores que conseguisse, sendo estes em moradias diferentes de cada grupo. O grupo A aplicou 7 boletins cadastrais, o grupo B aplicou 8 boletins e o grupo C aplicou 9 boletins. Ao todo foram elaborados 24 boletins cadastrais, sendo: 19 aplicados a moradores, 4 aplicados apenas a partir de observação das moradias e seu entorno, pois as mesmas se encontravam fechadas (GRÁFICO 1) e 1 também aplicado a partir de observação, pois este não quis responder o boletim (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 1 – MORADIA FECHADA



FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 2 – NÃO QUIS RESPONDER



FONTE: Os autores (2018).

5.2 MATERIAIS COLETADOS

Cabe pontuar que os dados coletados que aqui se apresentam, foram analisados no todo do trabalho, ou seja, neste capítulo ganham destaque no sentido de exposição do mapeamento resultante do georeferenciamento e das entrevistas realizadas no campo pesquisado.

Em suma, podemos afirmar que a área não possui a infraestrutura urbana necessária para a garantia de uma moradia adequada e regular, como destacamos a seguir:

5.3 INFRAESTRUTURAS URBANAS

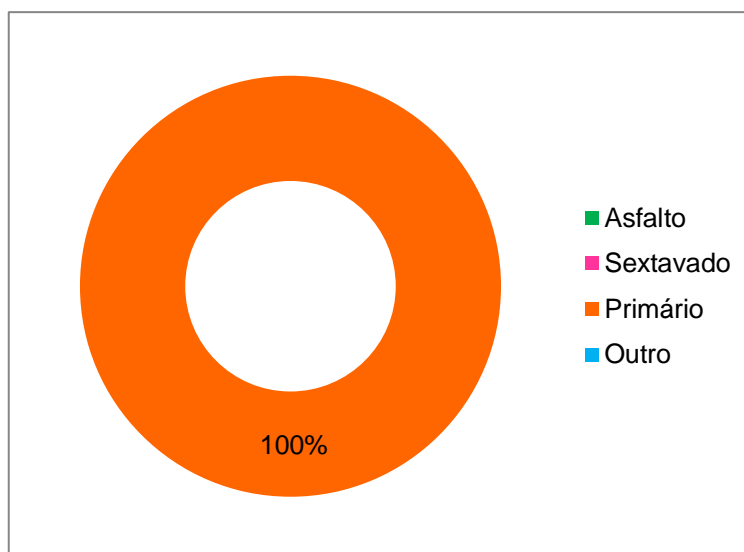
5.3.1 Pavimentação

Dentre os tipos de pavimentos destacados, o local possui 100% de pavimentação primária² (GRÁFICO 3), ou seja, pavimentação precariamente improvisadas. Por ser área totalmente de banhado, os próprios moradores construíram pequenos “caminhos” sobre o terreno alagadiço (área úmida), feitos com dezenas ou centenas de troncos de árvores cortadas (FIGURA 2) da vegetação nativa da área,

² Nesta pesquisa, a ideia de pavimentação primária são os caminhos abertos sem uma pavimentação asfáltica.

para facilitar o acesso/locomoção na área.

GRÁFICO 3 – TIPO PAVIMENTO RUA



FONTE: Os autores (2018).

FIGURA 2 – CAMINHOS DE TRONCOS



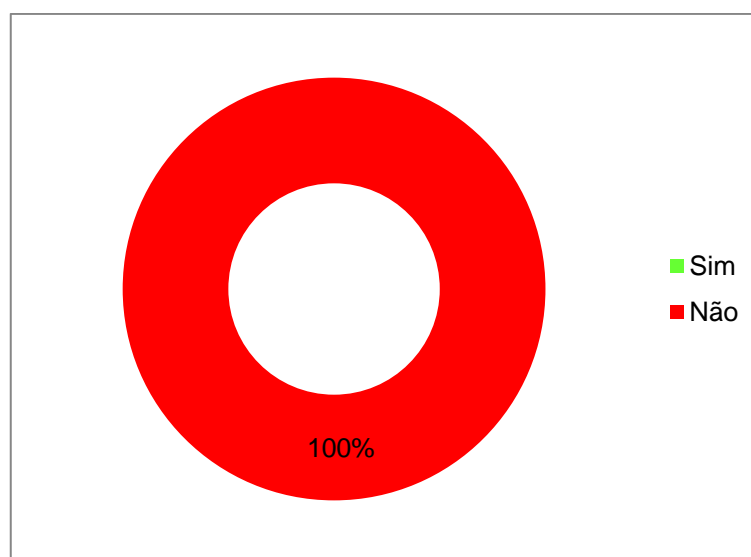
FONTE: Os autores (2016).

5.3.2 Iluminação pública

“A luz era gato”, conta João³ ex-morador da ocupação (2018). A área ocupada não possui iluminação pública (GRÁFICO 4), possui apenas iluminação clandestina, que se dá através de “gatos” de luz (FIGURA 3) feitos em postes de redes elétricas próximas ao local. As instalações são precárias, implantadas pelos próprios moradores do local. Tratam-se de postes de madeira construídos de modo improvisado pelos caminhos, através de pedaços de tábuas e fiações clandestinas. Os bocais e lâmpadas foram improvisados com pedaços de garrafas pets (FIGURA 4). A estrutura precária deixa as casas suscetíveis a curtos-circuitos e incêndios.

³ Todos os nomes dados aos entrevistados são fictícios.

GRÁFICO 4 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA



FONTE: Os autores (2018).

FIGURA 3 – “GATOS” DE LUZ



FIGURA 4 – POSTES IMPROVISADOS



FONTE: Relatório de Fiscalização, Ocorrência nº01/2017. FONTE: Os autores (2016).

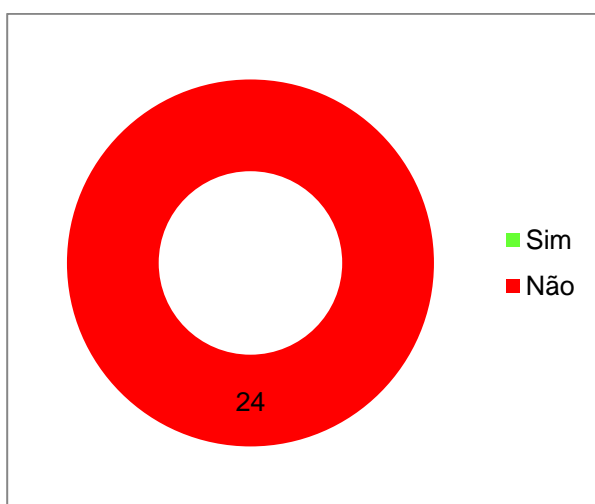
5.3.3 Coleta de lixo

De acordo com o (GRÁFICO 5), a área também não possui coleta de lixo. Segundo o que foi observado, por ser área de ocupação irregular, o local não está inserido na logística do serviço de caminhão de lixo prestado pelo poder público. Em

maioria, o lixo é deixado no quintal e depois levado até a lixeira da região mais próxima onde passa o caminhão de coleta.

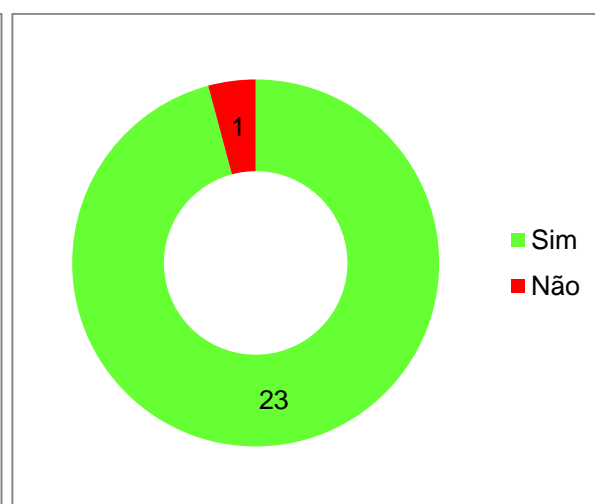
Das 24 moradias, apenas 1 (4%) não possui lixo a céu aberto (GRÁFICO 6). Além de muito lixo encontrado jogado incorretamente no local, nota-se também, a presença de muitos entulhos acumulados (FIGURA 5), especialmente tábuas e caibros de madeira e outras partes de casas, telhas, janelas e portas, que provavelmente seriam utilizados nas construções das edificações, como também caliças que provavelmente seriam utilizadas para aterrar o local.

GRÁFICO 5 – COLETA DE LIXO



FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 6 – LIXO A CÉU ABERTO



FONTE: Os autores (2018).

FIGURA 5 – LIXOS E ENTULHOS

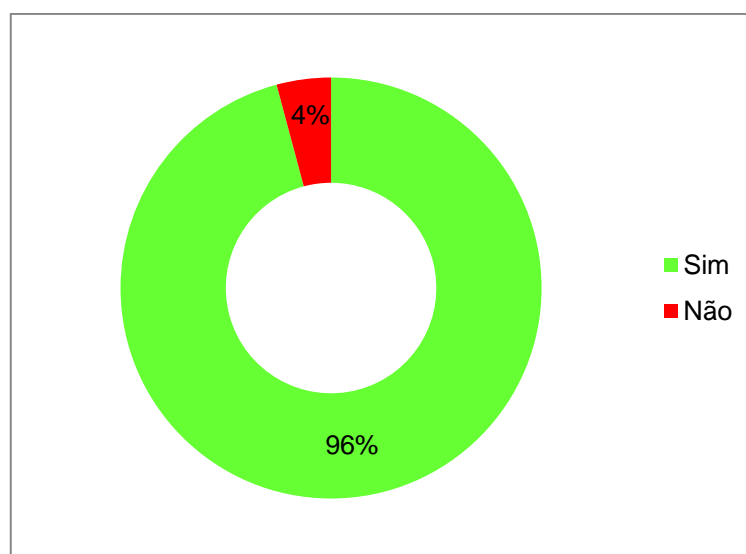


FONTE: Os autores (2018).

5.3.4 Esgoto a céu aberto

O direito à água potável limpa e de qualidade e a instalações sanitárias é um direito humano, indispensável a uma vida digna. No entanto, na área estudada identificou-se 96% de moradias com esgoto a céu aberto (FIGURA 6) e apenas 4% respondeu que não possui (GRÁFICO 7).

GRÁFICO 7 – ESGOTO A CÉU ABERTO



FONTE: Os autores (2018).

FIGURA 6 – ESGOTO A CÉU ABERTO



FONTE: Os autores (2018).

A falta de saneamento básico nas áreas de ocupações, está perigosamente suscetível a diversas doenças causadas pelas más condições oriundas da falta de tratamento de água e esgoto. A exposição a vírus, bactérias e condições insalubres aumenta a incidência de doença.

A contaminação pode acontecer por diversos fatores, mas o mais comum é pelo contato com esgoto à céu aberto, água poluída, com urina, fezes humanas ou de animais, por bactérias ou vírus.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 1,5 milhão de crianças menores de 5 anos acabam

morrendo por causa da doença relacionadas à falta de esgotamento sanitário.

Em muitos lugares do Brasil a situação ainda é crítica, infelizmente, mais de 100 milhões de brasileiros ainda não possuem serviços de coleta de esgoto e tratamento de água, esse cenário é uma ameaça para qualidade de vida da população. (TRATA BRASIL, 2017).

Portanto, esses dados nos revelam que independentemente das moradias que não responderam e/ou não foram cadastradas, a área é de total vulnerabilidade, tanto para a população, pois fica evidente que o local não oferece infraestruturas básicas para moradia, quanto para a UC. Esse tipo de ocupação, “se fosse em um loteamento planejado que já passasse rede de água, rede de esgoto, iluminação, coleta de lixo, não seria prejudicial para a unidade. Uma ocupação irregular, uma invasão, prejudica o Parque”, comenta o Chefe do PNSHL, (2018).

5.4 SITUAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES

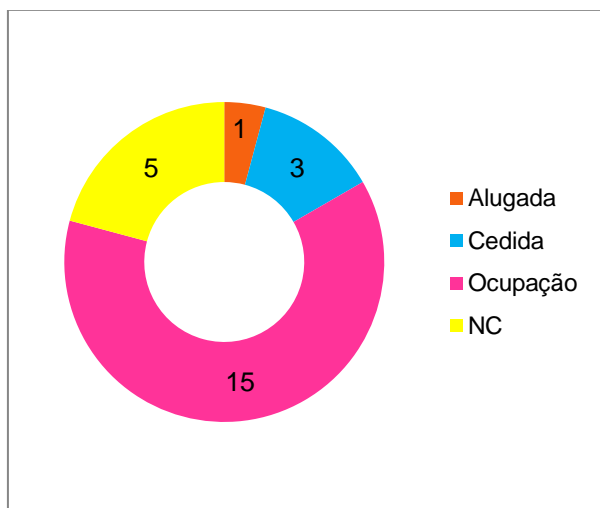
Discutir sobre as ocupações irregulares é também questionar a qualidade de vida que os moradores desses locais possuem. Assim, outra questão abordada no boletim cadastral foi sobre a situação das moradias encontradas no local. O objetivo era analisar a qualidade das residências, como também ter uma pequena noção de como era a qualidade de vidas das pessoas que ali residiam. Para fazer essa análise, foram abordadas questões como: situação da moradia/construção, qual o tipo de material utilizado para a construção, o tipo do piso, quantidade de dormitórios, vaso sanitário e chuveiro.

5.4.1 Moradias

Em se tratando da forma que a população obteve suas moradias, terrenos/lotes para construir suas moradias, podemos perceber que das 19 casas respondentes, a maioria foi obtida através de ocupação irregular, invasão da área, totalizando 15 (63%) delas. “Foi ocupado” comenta Pedro, morador da área (2018). Contudo, 1 (4%) das moradia é alugada, ou seja, mesmo em área irregular demonstra-se especulação de geração de lucratividade. E 3 (12%) das moradias foram cedidas (GRAFICO 8). No

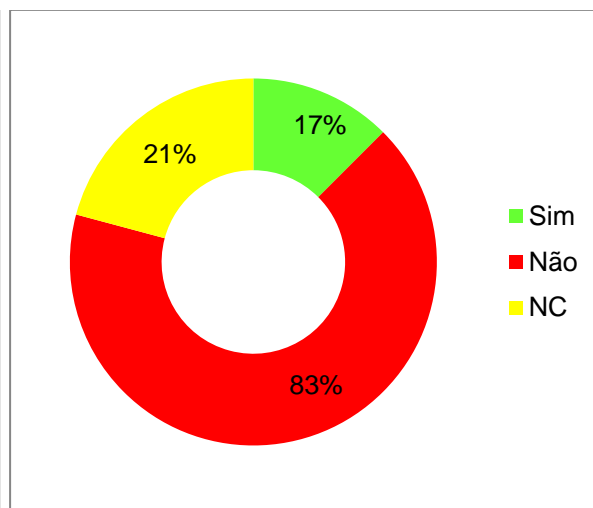
entanto, 3 (17%) dessas moradias responderam que possuem outra casa (GRÁFICO 9).

GRÁFICO 8 – SITUAÇÃO MORADIA



FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 9 – POSSUI OUTRA MORADIA



FONTE: Os autores (2018).

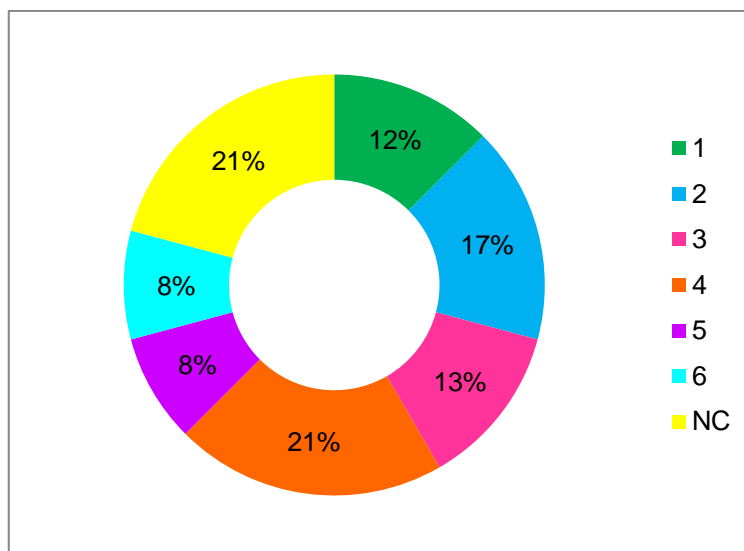
7 – MAPA TEMÁTICO: SITUAÇÃO MORADIA



FONTE: gvSIG, os autores (2018).

Destacamos também a quantidade de moradores por moradias, onde 3 (12%) casas possuem 1 morador, seguido de 4 casas (17%) que possuem 2 moradores, 3 casas (13%) com 3 moradores, 5 casas (21%) com 4, 2 casas (8%) com 5 e outras 2 casas (8%) com 6 moradores (GRÁFICO 10). Assim, obtendo um resultado de 64 moradores (incluindo jovens e crianças) que moram na área, lembrando que em 5 moradias não obtivemos respostas.

GRÁFICO 10 – QUANTIDADE MORADORES



FONTE: Os autores (2018).

Em entrevista com 2 moradores da área após a realização do boletim cadastral, os mesmo relataram que os terrenos/lotes que se encontravam suas moradias eram próprios:

Eu comprei o terreno. Dei minha moto e mais R\$1.000,00 reais. Comprei 20m². Aonde eu comprei o terreno, não tinha nada lá, era só mato... mato... mato..., a única demarcação que tinha era um pedaço de pau aqui e outro lá, era isso o terreno. Eu ajudei a fazer um bom desmatamento lá. (João, ex-morador da ocupação, 2018).

Terreno próprio. Comprei por R\$3.000,00 reais. (Carlos, ex-morador da ocupação, 2018).

Portanto, esses terrenos se caracterizam como lotes irregulares, sendo comercializados por terceiros, ou seja, pessoas vendem terrenos alheios como se fossem os donos, ou seja, ilegalmente.

Pode-se perceber também, que por ser área inapropriada para moradia, o valor de venda desses terrenos é bastante inferior do valor dos terrenos que são regulares, o que se torna um atrativo para que as pessoas os comprem independentemente de a área ser ou não propícia à moradia.

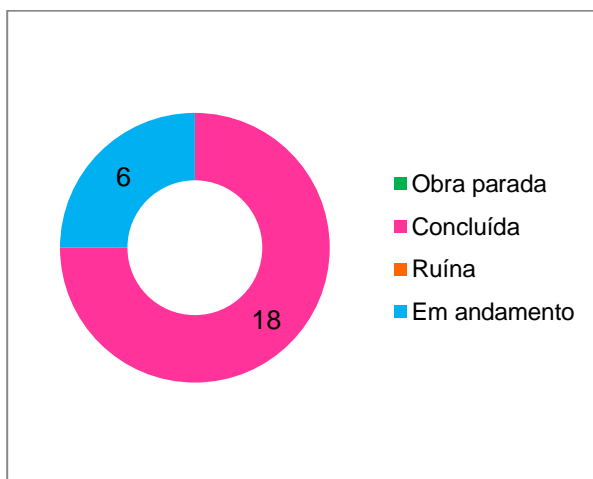
5.4.2 Situação das moradias

Das 24 moradias cadastradas, 18 (75%) delas se encontram concluídas e 6 (25%) em andamento (GRÁFICO 11). A maioria dessas casas foram construídas com material de madeira (FIGURA 8), sendo 21 (88%), casas de alvenaria 2 (8%) e 1 (4%) mista (GRÁFICO 12). O material do piso segue o mesmo padrão do material de construção, 17 (71%) das casas tem piso de madeira (GRÁFICO 13).

Com relação à quantidade de dormitórios, 11 (46%) possui 1, 6 (25%) possui 2 e 2 (8%) possuem 3 dormitórios (GRÁFICO 14). Já com relação à quantidade de vasos sanitários, 5 (21%) das casas não possui vaso sanitário, 12 (50%) possui 1 e 2 (8%) possuem 2 vasos (GRÁFICO 15). E com relação à quantidade de chuveiros, 2 (8%) não possuem chuveiro, 16 (67%) possuem 1 e 1 (4%) possuem 2 chuveiros (GRÁFICO 16).

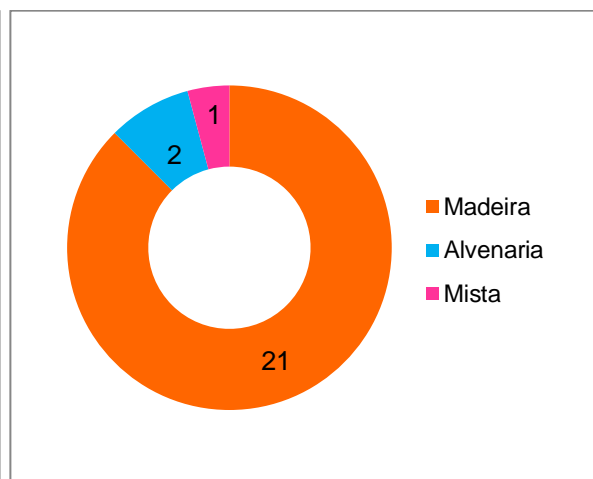
Vale lembrar que nesses itens acima, quantidade de dormitório, vasos sanitários e chuveiros, as informações foram coletadas em 19 casas, devido a 4 se encontrarem fechadas e uma ter se negado a responder as questões realizadas, sendo ilustrados nos gráficos como, 5 (21%) que não constam (NC), ou seja, não constam informações.

GRÁFICO 11 – SITUAÇÃO CONSTRUÇÃO



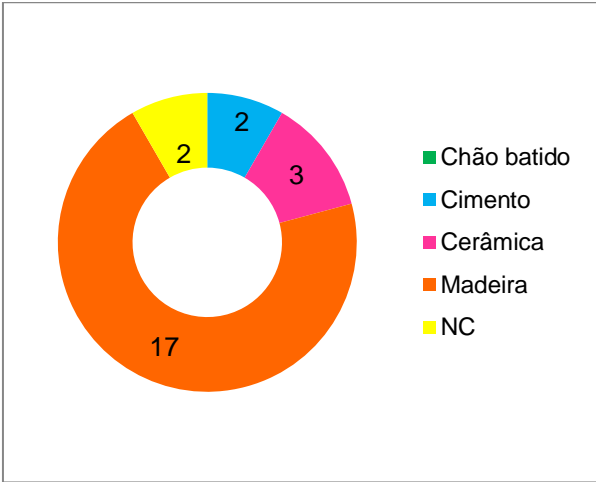
FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 12 – MATERIAL CONSTRUÇÃO



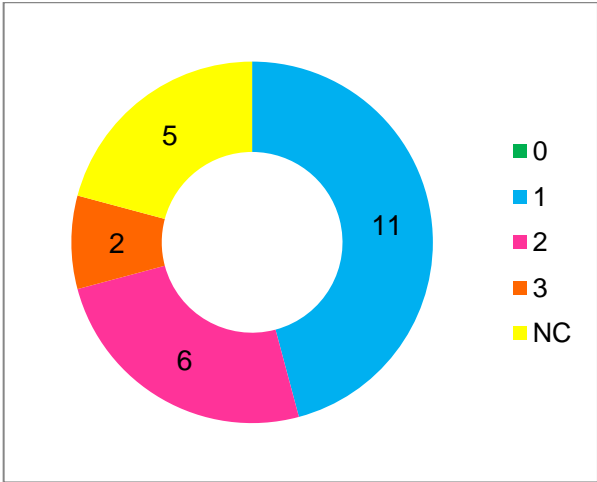
FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 13 – TIPO PISO



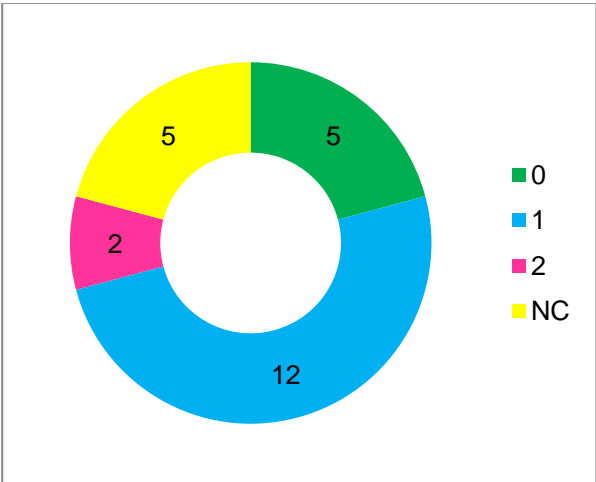
FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 14 – QUANTIDADE DORMITÓRIOS



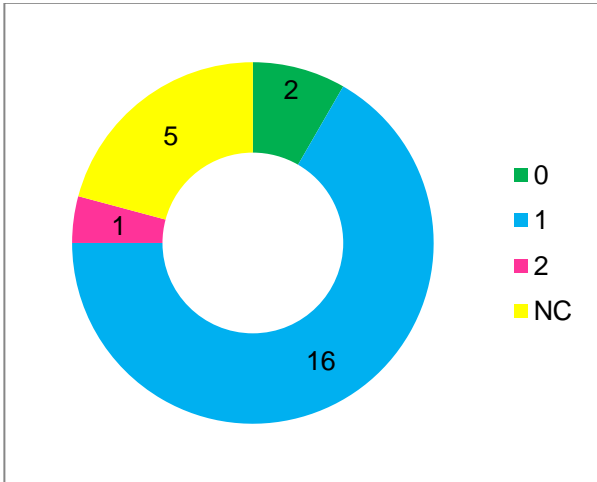
FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 15 – QUANTIDADE VASO SANITÁRIO



FONTE: Os autores (2018).

GRÁFICO 16 – QUANTIDADE CHUVEIRO



FONTE: Os autores (2018).

8 – SITUAÇÃO DAS MORADIAS



FONTE: Os autores (2018).

Assim, quanto à situação de como eram as casas, os moradores descrevem que:

Quando entramos lá, minha casa era uma meia água de 3x4, era de madeira e passávamos sufoco, mas só pelo fato de não ter que pagar aluguel estava bom. E quando aconteceu tudo eu estava começando

a ampliar a casa, ela já estava com 7x4, tinha um quarto bem grande, sala e cozinha junto e banheiro. (João, ex-morador da ocupação, 2018).

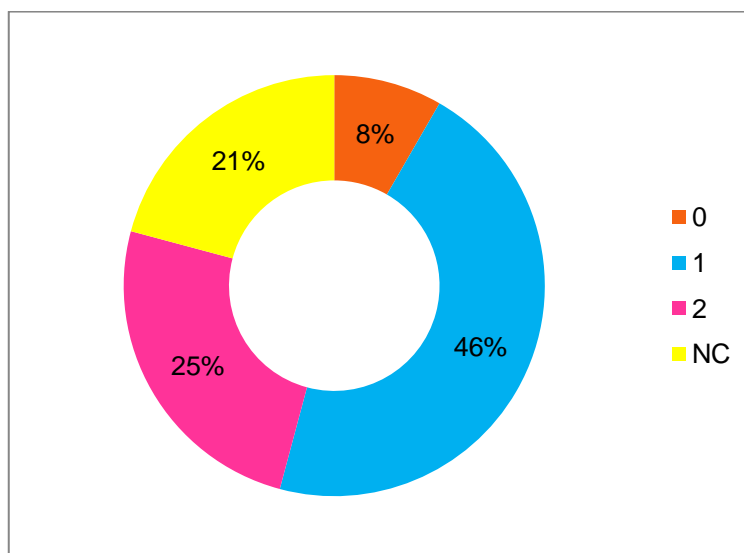
Era de madeira, tinha 2 quartos, sala, banheiro e cozinha. (Carlos, ex-morador da ocupação, 2018).

Era toda de madeira. Eu mesmo que construí. Tinha 8x10, não tinha divisórias no meio, o que separava eram os próprios móveis. A fundação eu fiz tipo uma jangada, coloquei vários tocos em baixo, das árvores cortadas, da galera que corto. Coloquei uma fila de toco em baixo, assim deitado né, não em pé, e outro assim, um transversal e outro assim, daí meio que ficou uma jangada. Peguei e só coloquei a casa em cima, montando como se fosse de brinquedo. (Pedro, ex-morador da ocupação, 2018).

5.5 FATORES ECONÔMICOS

Das 19 moradias cadastradas, temos um total de 64 pessoas alcançadas pela pesquisa (incluindo jovens e crianças). O gráfico 17, nos mostra que: 8% das casas não possui nenhuma pessoa que exerce atividade remunerada, sendo 46% as que possuem pelo menos 1 integrante com remuneração e 25% com 2 pessoas remuneradas, totalizando 23 pessoas que trabalham.

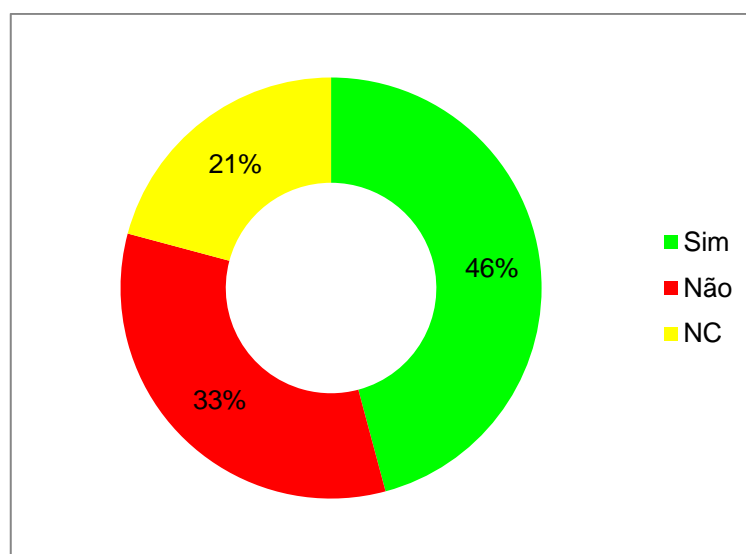
GRÁFICO 17 – QUANTIDADE DE PESSOAS QUE EXERCEM ATIVIDADE REMUNERADA



FONTE: Os autores (2018).

Em se tratando de auxílio do governo, a quantidade de famílias que recebem algum tipo de auxílio é de 46% sendo 11 famílias, e 33% que equivale a 8 famílias que não recebem nenhum tipo de auxílio (GRÁFICO 18).

GRÁFICO 18 – AUXÍLIO DO GOVERNO



FONTE: Os autores (2018).

FIGURA 9 – MAPA TEMÁTICO: AUXÍLIO DO GOVERNO



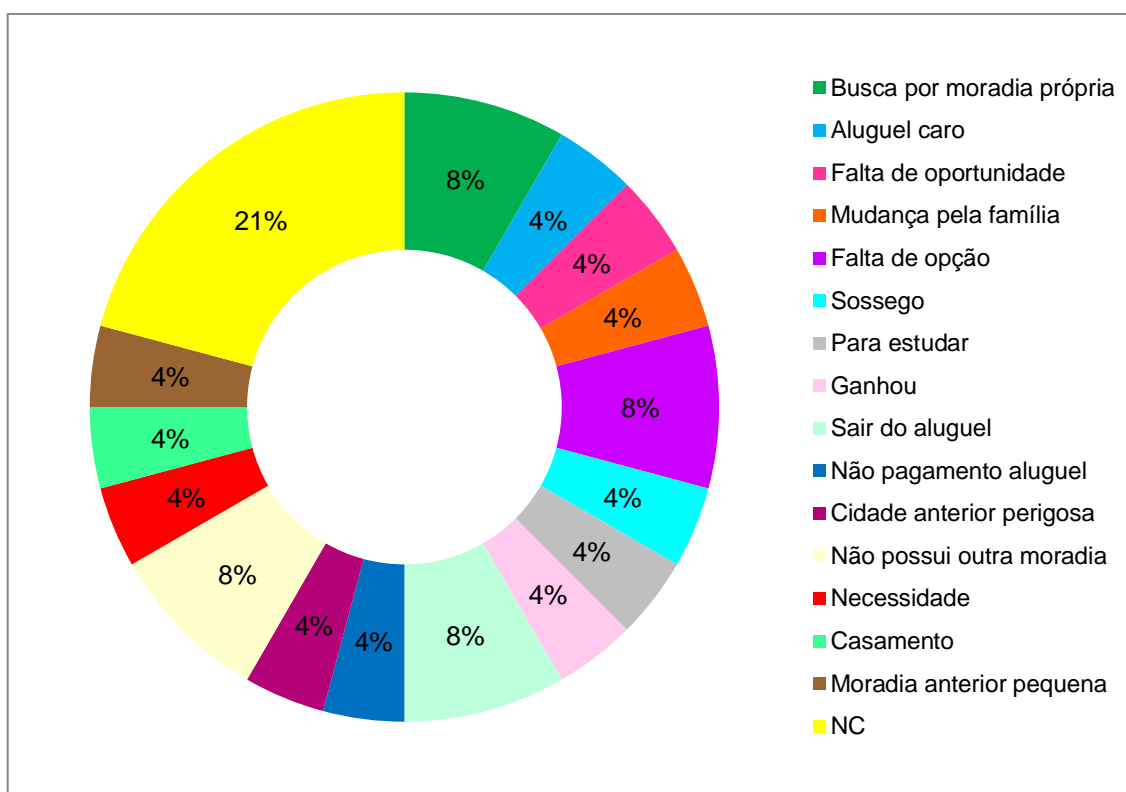
FONTE: gvSIG, os autores (2018).

5.6 MOTIVOS QUE LEVARAM A OCUPAR A ÁREA

Com a realização do boletim cadastral, foi possível obter alguns dos direcionamentos e razões que os conduzem a essas ocupações, sendo os mais variados (GRÁFICO 19).

“Tem a questão de quem está ocupando a área, porque muitos é população socialmente carente, carente do ponto de vista social, às vezes está subempregada ou está desempregada”, ressalta o Chefe do PNSHL (2018).

GRÁFICO 19 – MOTIVO PARA MORAR NO LOCAL



FONTE: Os autores (2018).

De acordo com o gráfico, as pessoas passaram a residir naquele local, segundo 16% da população em decorrência do alto valor do aluguel, o que levou ao não pagamento do mesmo.

[...] eu estava devendo 3 meses de aluguel, 3 meses de água, 3 meses de luz e eu não tinha como pagar. [...] Ai, eu fui morar na invasão [...], pois surgiu a oportunidade do terreno. Eu consegui construir a casa em 1 mês, tudo com madeira doada. Eu mesmo que construí. (João, ex-morador da ocupação, 2018).

[...] rolou várias coisas ao mesmo tempo, não só pela necessidade de morar. [...] eu morava de aluguel e tinha perdido o emprego naquele mês. Tudo aconteceu ao mesmo tempo e eu tenho um filho pequeno. (Pedro, ex-morador da ocupação, 2018).

Sair do aluguel e morar próximo à mata. (Tânia estava construindo sua casa, 2018).

Não possuir outra moradia, bem como a busca por moradia própria e devido à moradia anterior ser pequena, totalizando 16%, contribuíram para que as famílias fossem direcionadas até a área, independentemente da situação da mesma.

Pessoas precisam de casa e as condições sociais delas muitas vezes foram faltas de oportunidades e eu não falo somente sobre empregos, mas de informação, e elas são também seres do meio ambiente, como faz? (Tânia estava construindo sua casa, 2018).

Assim, somando 12%, a falta de opção, a falta de oportunidade e a necessidade, também são fatores que fizeram com que fossem ocupar a área:

Nós estávamos morando de favor, aí eu decidi comprar um terreno [...]. Se você não tiver para onde ir com sua família, você mora até de baixo da ponte [...]. Quem morava ali não tinha nenhuma condição. (Carlos, ex-morador da área, 2018).

Existe também, motivos como: mudou-se para a área por causa de segurança, onde a cidade anterior era perigosa (4%), outros responderam por sossego (4%), para estudar (4%), mudança pela família (4%) e até mesmo por causa de casamento (4%) ou porque ganhou (4%).

Portanto, ninguém vai morar numa área seja ela de risco, insalubre, de preservação, etc., simplesmente porque quer. A população socialmente carente vai morar nessas áreas porque não tem nenhuma outra opção visto a renda que possuem. Estamos falando de trabalhadores cujo rendimento não possibilita a compra ou aluguel de uma moradia/terreno num local adequado, levando-os a áreas se estabelecerem em áreas que, de maneira geral, são inadequadas para a ocupação humana.

6 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso que aqui se apresenta foi realizado na cidade de Matinhos, um dos sete municípios que compõe o Litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná). Trata-se de uma região belíssima banhada pelo mar do Atlântico, com Ilhas paradisíacas como, por exemplo, a Ilha do Mel. Cercada de morros e vegetação nativa, o território guarda uma gigantesca biodiversidade, visto que uma das mais extensas áreas de Mata Atlântica do Brasil e a maior do Paraná.

Por ser banhada por lindas praias, a região recebe turistas do mundo todo, cerca de 1 milhão no período da virada de ano. É o turismo sazonal, visto que nos meses mais frios a região não é foco turístico. Essa sazonalidade resulta em

problemáticas sociais e ambientais diversas, é só uma das contradições que podem ser identificadas no território.

Segundo Lopes (2014), os primeiros registros de colonização se deram pelos portugueses e são datadas do século XVI, mas com relação a vestígios de ocupação humana, há registro de fosséis e de ocupação humana desde 1646 (povos indígenas). A autora afirma que a questão da habitação no Litoral do Paraná é uma problemática que só pode ser compreendida quando acessado os elementos sociais e históricos que demonstram um gigantesco quadro de injustiças sociais desde a sua colonização.

Ainda segundo a autora, o sistema de destruição da terra e o despontamento da coroa portuguesa com a região são os dois principais pesos históricos que na atualidade condicionam o tipo de habitação irregular. Inicialmente acreditavam que a região litorânea seria um berço para retirada de ouro em grande escala e as terras seriam grandes produtoras de banana e madeira de corte. Contudo, a realidade encontrada foi outra e a região passa a ficar no esquecimento, como não correspondeu aos ideais de potencialidade econômica preconizado por seus colonizadores, com o passar dos séculos a região passou a ser vista apenas como um canto de veraneio e não um local para investimento.

Na atualidade este território se apresenta com mais de 300 anos de história, 96km de extensão (praias, ilhas, parques ambientais, morros, cidades coloniais, sítios arqueológicos raríssimos), manifestações folclóricas e gastronomia diferenciada. As principais atividades econômicas são: construção civil, agricultura, pesca, porto de Paranaguá (segundo maior graneleiro do país) e turismo.

Apesar da riqueza ambiental e cultural, a região apresenta problemas sociais graves como, por exemplo, escassez de oportunidade de trabalho e renda, solo pouco fértil, ocupação urbana irregular, falta de saneamento básico, serviços públicos reduzidos entre outros, como baixíssimos índices educacionais.

Com relação à questão da moradia, temática alvo deste trabalho, grande parte da população litorânea reside em áreas irregulares, em beiras de canais e próximas aos morros. A maioria da população é de baixa renda vivem em condições precárias de moradia. (LOPES, 2014).

Portanto, neste estudo de caso se apresentar as condições de moradia da população que reside no bairro Vila Nova, na cidade de Matinhos, a fim de demonstrar com maior detalhamento algumas das problemáticas apontadas neste trabalho.

6.1 BAIRRO VILA NOVA

O bairro Vila Nova é uma das maiores e mais antigas áreas de ocupação irregular da cidade de Matinhos. Consta que a área começou a ser ocupada na década de 90, a qual pertencia a Carlos Alcides Baumgartem e Célia Mendes Baumgartem. Em 1997, os donos ajuizaram ação reivindicatória, obtendo liminar para desocupação da área. Entretanto, a liminar nunca pode ser cumprida porque já havia grande ocupação e não havia efetivo policial para dar cumprimento à ordem judicial, conta a Promotora de Justiça (2018).

No entanto, “considerando que inúmeras famílias fixaram moradia no local, tal como a liminar, não havia viabilidade para cumprimento da sentença, diante do grande impacto social e ambiental da ocupação” (Promotora de Justiça, 2018).

Diante desse contexto, ainda segundo a Promotora, os proprietários deram início ao processo de regularização fundiária, com base no Estatuto das Cidades, através da empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias, em 2005.

De acordo com o Ministério Público do Paraná – MMP (2011), o processo foi oficializado com a assinatura do “Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)” proposto pelo MMP, através da Promotoria de Justiça de Matinhos, procedimento que teve o acompanhamento do Ministério Público, Prefeitura Municipal, Sanepar, Copel e órgãos ambientais (IAP e ICMBio), além dos próprios ocupantes, através da Associação de Moradores, termo estabelecido com a finalidade de regularizar um parcelamento do solo e urbanizar a área de forma sustentável, de maneira que não degrade ainda mais o meio ambiente.

Assim, as centenas de famílias que viviam de maneira irregular distribuídas na área da Vila Nova, conseguiram regularizar sua situação fundiária, onde passaram de ocupantes irregulares a proprietários de suas terras. Garantindo assim, o direito constitucional à moradia digna e, portanto, tendo acesso a cidadania, ou seja, a serviços essenciais que até então não dispunham, como água, esgoto, entre outros serviços, como por exemplo, a luz elétrica regular.

6.1.1 Caracterização da área de estudo

Aqui é importante salientar que, a área de regularização fundiária é diversa da área estudada, porém, todavia, está situada no bairro Vila Nova.

O presente estudo foi realizado numa área (FIGURA 10) localizada na parte periférica do município de Matinhos, mais especificamente no final do bairro Vila Nova, a qual apresentou uma crescente ocupação irregular do solo (invasão) entre o final do ano de 2016 e final do ano de 2017, quando houve a reintegração de posse.

O acesso ao local faz-se pela Rua Apucarana e a entrada pela Rua Santa Maria e Rua Santa Maria I, Vila Nova, possuindo cerca de 66,462,22 m². Segundo o Sr. Rogério José Florenzano Júnior, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a área invadida pertence à três proprietários: Mitra Diocesana de Paranaguá, Terra Nova Regularizações Fundiárias e herdeiros de Carlos Ihle.

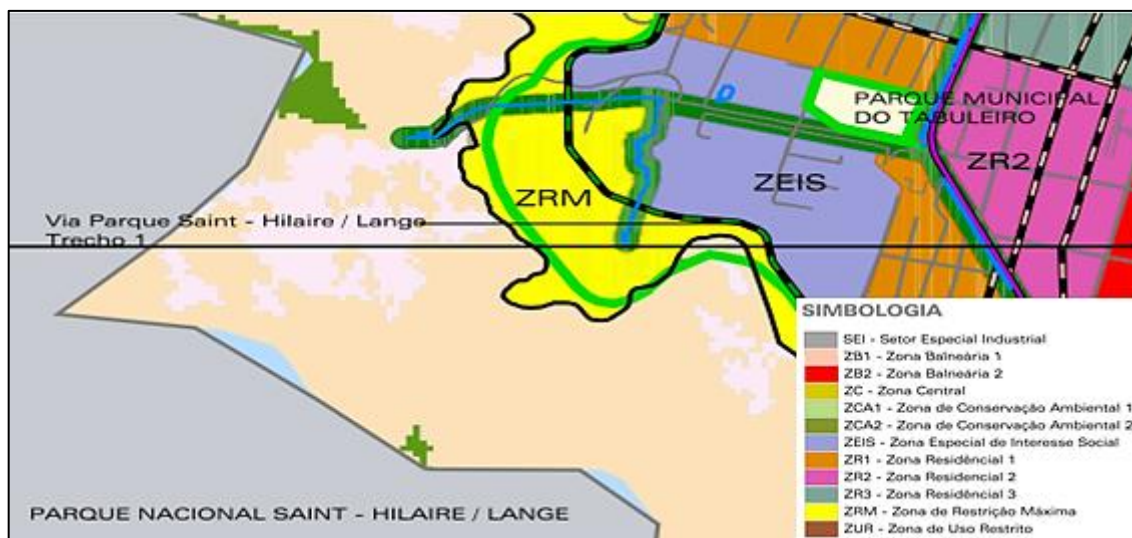
FIGURA 10 – ÁREA DE ESTUDO (VISTA AÉREA)



FONTE: Google Earth Pro, 2016.

De acordo com Plano Diretor Municipal de Matinhos (Decreto Estadual nº 10.856/2014), regulamento que define o “Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Matinhos, suas diretrizes e normas de uso”, a área de estudo trata-se majoritariamente de uma ZRM (Zona de Restrição Máxima) (FIGURA 11): “caracterizada como zona destinada prioritariamente à proteção, onde não será permitido nenhum tipo de ocupação”, ou seja, não poderia haver desmate e construções nessa área (COLIT, 2006, p. 5).

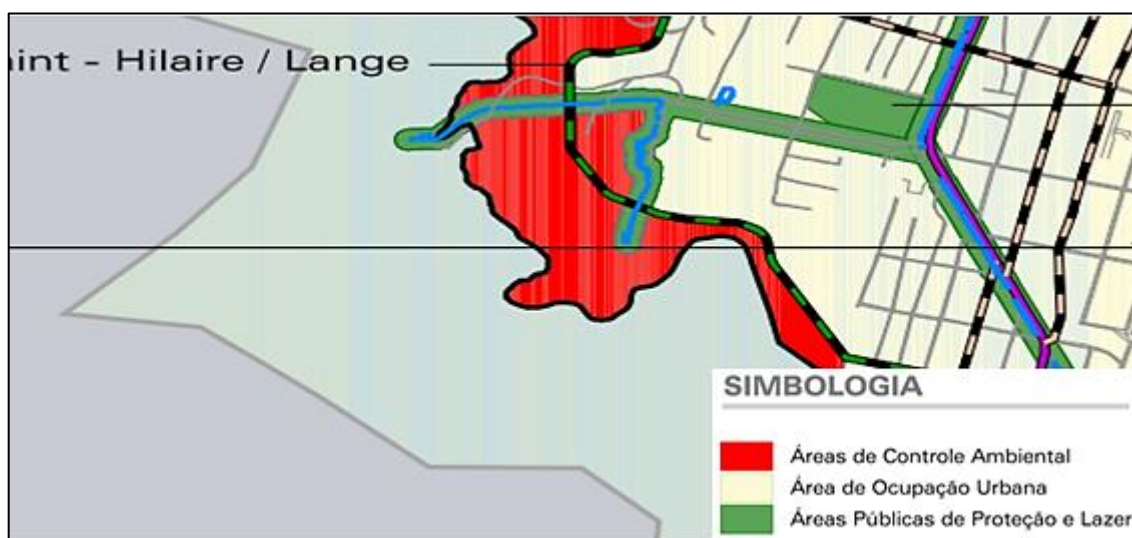
FIGURA 11 – ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO



FONTE: Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), 2006.

E, também segundo o Plano Diretor Municipal de Matinhos (2006), a área é caracterizada e delimitada no zoneamento ambiental urbano, como Área de Controle Ambiental (FIGURA 12): “são áreas, onde se tem um controle para minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos, decorrentes da intervenção do homem no meio ambiente.

FIGURA 12 – ÁREAS DE CONTROLE AMBIENTAL



FONTE: Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), 2006.

Segundo o Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 010/2016 (2016, p. 1), a área ocupada corresponde:

[...] à área verde da Vila Nova, estabelecido pelo Termo de Ajustamento de Conduta para a Regularização Fundiária Sustentável

e Saneamento Ambiental da Área "Vila Nova" - Município de Matinhos
- TAC Vila Nova, do qual o ICMBio é um dos signatários.

6.1.2 Problemática da área

Em visita *in loco*, observamos que o local não possui nenhum tipo de infraestrutura urbana necessária para moradia, sendo também um local de difícil acesso, mas que apesar disso, existem moradias. No local, encontra-se lixo e esgoto a céu aberto, rede de água através de captações clandestinas, iluminação através de “gatos”, área de banhado, entulhos de construções bem como grande danificação da vegetação local.

De acordo com a Lei N° 1049 (2006, p. 2), que dispõe sobre o “Parcelamento do solo urbano”, no art. 3º, não será permitido o parcelamento do solo em:

- I. Áreas de banhado e sujeitas à inundação ou à erosão, conforme dados dos órgãos competentes municipais, estaduais e federais;
 - II. Áreas definidas como turfeiras, bem como em solos considerados suscetíveis a erosão, os quais deverão permanecer com sua proteção vegetal natural;
 - III. Terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especificamente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas as exigências dos órgãos competentes.
- § 1º - São consideradas suscetíveis à erosão as áreas localizadas em beiras de canal, na orla e nas encostas.
- § 2º - O parcelamento de áreas alagadiças somente será permitido quando garantidas as condições de escoamento das águas superficiais e subterrâneas, bem como a execução de aterro, quando necessário.
- § 3º - O parcelamento do solo, para fins de loteamento, em áreas com declividades nula ou máxima de 0,5%, somente será permitido quando garantidas as condições de escoamento de águas superficiais e subterrâneas.

Tendo em vista que a área estudada é limítrofe ao Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange (PNSHL), uma ocupação irregular do local pode gerar uma série de problemas ambientais para a unidade, como destacamos a seguir:

De acordo com o Chefe do PNSHL, a mata original da área é franja de proteção do Parque, ao desmatá-la se tem a cidade encostando-se ao Parque. Isto ocorre

devido às pessoas estarem invadindo a área, ou seja, elas acabam desmatando a área para instalar suas moradias.

Então, aquela área [...] é do lado do Parque, uma invasão, uma ocupação irregular gera toda uma questão de problemas ambientais para a unidade. Primeiro que você tem o desmatamento, aquela mata original, ela é uma franja de proteção para o Parque Nacional, tirando aquela mata você tem a cidade encostando ao Parque [...]. (CHEFE DO PNSHL, 2018).

Uma “ocupação irregular (invasão) tem potencial de causar dano direto à unidade, pois existe o risco da ocupação adentrar o limite da UC” (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO – PARTE I, OCORRÊNCIA N° 010/2016, 2016, p. 2).

O Chefe do PNSHL (2018), também destaca algo bastante característico em áreas de ocupação irregular, que nas áreas de invasão não passa rede de água, isso se dá principalmente no fundo da cidade, beirando ao Parque. A água captada pelos moradores daquela área é conseguida por meio de canos pretos que capta a água de dentro do Parque de maneira irregular (FIGURA 13), mais conhecida como “água do morro”.

Essas captações clandestinas, além de gerar vários problemas de saúde pública para o município, pois têm muitas pessoas que interligam sua captação clandestina na rede de água da Sanepar, o que pode acabar causando a contaminação da água tratada, tem também a questão que essas mesmas pessoas andam por dentro do Parque, desmatando e cortando árvores para poder passar os canos. (CHEFE DO PNSHL, 2018).

FIGURA 13 – CAPTAÇÃO DE ÁGUA CLANDESTINA



FONTE: Os autores (2018).

Vale ressaltar, que essas captações são muito precárias, se um cano arrebenta ou estoura, ele começará a vaziar água para fora do leito do rio, o que poderá causar erosões, entre outros danos.

Outra questão a se destacar, é o chamado efeito de borda, que fica à margem das unidades de conservação, da beira para dentro. Elas sofrem um efeito da ocupação externa, ou seja, as plantas deixam de ser tão exuberantes, ocorre à diminuição da quantidade de plantas, de árvores e de animais, podendo levar estes a extinção.

A área foi invadida sobre um remanescente de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, inclusive com caixetas (*Tabebuia cassinoides*), cuja espécie é ameaçada de extinção. Segundo o Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 01/2017 (2017, p. 16), “a presença de caixeta no local é indicativa de Formação Pioneira com Influência Fluvial.” Contudo, essa e outras espécies de árvores nativas da área foram cortadas com o uso de motosserras, para as instalações das casas.

FIGURA 14 – ÁRVORES CORTADAS NA ÁREA



FONTE: Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 01/2017.

A vegetação no local é de área úmida/banhado. Moradores cavaram valetas para drenar o banhado e fizeram caminhos com tábuas sobre o banhado para conectar os lotes entre si (FIGURA 15).

FIGURA 15 – VALETA CAVADA PARA DRENAR O BANHADO E PASSARELA SOBRE O BANHADO



FONTE: Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 04/2016.

Outro problema é a da fauna doméstica, geralmente, nessas ocupações irregulares os animais, cachorros e gatos ficam soltos nas ruas, os quais não são alimentados corretamente, levando-os a entrarem no Parque para caçar e se alimentar.

Diante desses problemas causados a área, de acordo com os entrevistados, eles tinham consciência e/ou sempre souberam desses problemas, como por exemplo, o desmatamento e o esgoto jogado a céu aberto:

Sabia. Sempre soube. Eu como sou de G.A, foi um dos motivos também para eu querer me instalar ali, porque eu sabia que no meu espaço eu ia preservar bem, eu ia cuidar bem. Eu tinha banheiro seco. Eu não produzia água cinza e nem preta. Eu tinha três barris de 100 litros daquele azul que eu colocava pó de cerra [...]. Ai eu armazenava e usava como adubo depois, mas não chegou a dar tempo, por causa da reintegração [...]. Eu não produzia lixo e não cortei nenhuma das árvores lá, pelo contrário, eu plantei. (Pedro, ex-morador da área, 2018).

Eu estava ciente. Eu pensei em tudo isso ai, tanto que minha casa tinha 1,5m do chão e o chão era todo isolado. Eu fiz meio que um dreno no terreno, tinha uma fossa atrás e dai eu fiz a saída dela junto com o dreno, que era uma valeta que saia. Eu também jogava esgoto ali, mas dai já não tinha como controlar, era á céu aberto. (João, ex-morador da área, 2018).

No entanto, João mesmo ciente dos impactos causados, relata que o não pagamento do aluguel o ajudou a conquistar muitas coisas que contribuíram para o bem-estar de sua família.

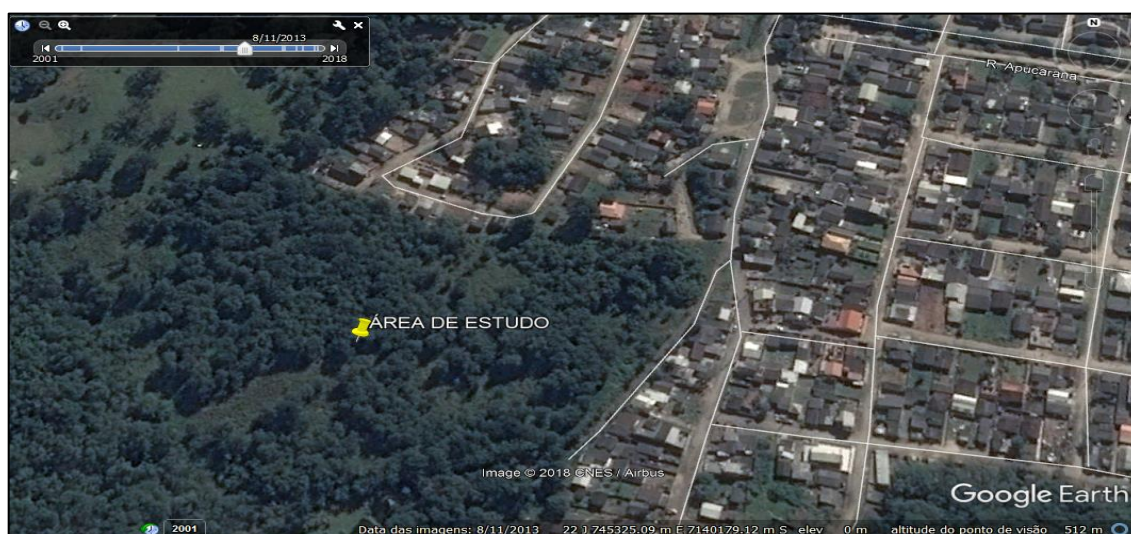
[...] mas nesse um ano que fiquei lá, se eu tivesse pagando aluguel, eu não conseguiria ter comprado meu carro, não conseguiria ter dado uma boa gestação para a minha esposa, uma alimentação boa, tanto que hoje minha filha é super saudável. Então, nesse tempo que eu fiquei lá, tempo que eu não paguei aluguel, foram as coisas que eu consegui adquirir.

6.2 O PROCESSO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO NA ÁREA DE ESTUDO

O acompanhamento do processo da ocupação irregular na área de estudo, ocorreu entre o final de novembro de 2016, quando já se apresentava uma intensa área ocupada, a dezembro de 2017, quando houve a reintegração de posse. A partir de imagens do Google Earth Pro e Drone, foi possível obter uma noção do avanço desta ocupação na área, o qual se deu a partir de fotointerpretação.

Iniciando a apresentação das imagens, de acordo com um resgate fotográfico no Google Earth Pro, a área era caracterizada por uma vegetação densa do Bioma Mata Atlântica, sendo fotointerpretada com 100% de área verde, no ano de 2013 (FIGURA 16).

FIGURA 16 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM 11/08/2013



FONTE: Google Earth Pro (2013).

Segundo o Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 01/2017 (2017, p. 1), a ocupação da área “iniciou-se aproximadamente em janeiro de 2016.”

Conforme a representação da Figura 17 pode-se observar que, na data de 11/03/2016, apresenta-se uma pequena alteração na área, se comparado ao tamanho da área de estudo, mas que em vistoria ao local, na data de 18/04/2016:

[...] foram encontrados sinais de piqueteamento de lotes (demarcação com palanques interligados com arame, fios elétricos ou fita zebreada), 10 edificações de madeira (“barracos”) construídas ou em construção, e pelo menos mais um lote roçado. Não havia ninguém no local, mas foi possível constatar que algumas das edificações são usadas como moradia. (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO – PARTE I, OCORRÊNCIA Nº 04/2016, p. 1).

FIGURA 17 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM 11/03/2016



FONTE: Google Eart Pro (2016).

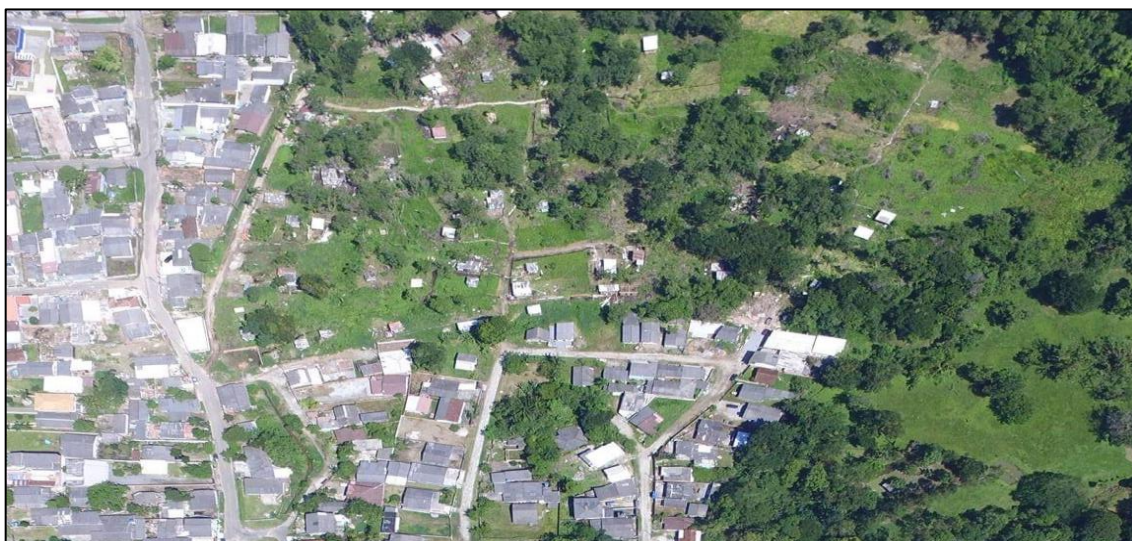
No entanto, de acordo com a Figura 18, em novembro de 2016, (período que começamos a pesquisa), a interpretação da fotografia aérea para esta data, apresentou um crescente e intenso processo de uso e ocupação do solo, com várias edificações implantadas no local, caminhos não pavimentados e grande perda de árvores nativas se comparado à imagem anterior.

FIGURA 18 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO NO FINAL DE NOVEMBRO DE 2016



FONTE: Flight Drones (2016).

FIGURA 19 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO NO FINAL DE NOVEMBRO DE 2016 (IMAGEM APROXIMADA)



FONTE: Flight Drones (2016).

Já em novembro de 2017 (FIGURA 20), a área não apresentava mais sua característica tipicamente natural, como na data de 11/08/2013. A imagem confirma o grande avanço do desmatamento e consolidação da ocupação deste solo.

FIGURA 20 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM NOVEMBRO 2017



FONTE: Flight Drones (2017).

FIGURA 21 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM NOVEMBRO 2017 (IMAGEM APROXIMADA)



FONTE: Flight Drones (2017).

Assim, analisando a evolução da ocupação irregular do solo sobre a área antes florestada, localizada ao fundo do bairro Vila Nova, caracterizada como área verde, pode-se perceber que houve uma grande queda da vegetação nativa da área, e quando somamos esta ocupação crescente a outros aspectos, como, por exemplo, o alto valor dos aluguéis, a falta de oportunidade/emprego para a população que enxerga ali uma oportunidade para se instalar/morar, o risco de redução da vegetação nativa e exclusão social, tornam-se maiores.

Portanto, a análise do processo evidencia que, o acelerado crescimento de edificações sobre a área, como fator de desqualificação ambiental, principalmente pela informalidade ocupacional, poderia ser amenizado se existisse um melhor aproveitamento e/ou fiscalização das áreas verdes remanescentes, bem como projetos de inserção da população socialmente excluída em locais adequados para moradia.

6.3 REINTEGRAÇÃO DE POSSE NA ÁREA

Segundo a Promotora de Justiça (2018), o monitoramento/fiscalização para evitar essas ocupações no município, sobretudo são feitas por meio de denúncias, onde quem tem o papel de fazer esse monitoramento é de competência do município e órgãos ambientais.

Já o Chefe do PNSHL (2018) diz que:

[...] a fiscalização tem que ser do município. [...], quem tem que fazer cumprir o Plano Diretor é o município, não é o ICMBio, não é o IAP, não é o Ministério Público. A gente faz ali, por causa da proteção da unidade, mas o nosso papel seria uma papel supletivo, [...] primeiro quem tem que estar na frente puxando é o município, a gente só entraria supletivamente. A gente fez porque realmente é crítico e o município não toma iniciativa nessa questão.

Assim, tendo em vista que o começo da ocupação se deu no início do ano de 2016, a desocupação da área de preservação ambiental do Bioma Mata Atlântica, pleiteada pelo Ministério Público no início de 2017, foi viabilizada no final do ano de 2017, após deferimento de medida liminar e intervenção da Polícia Militar, através do CORTERRA, divisão especializada em conflitos fundiários.

Após denúncias dos órgãos ambientais acerca de vasto desmatamento de mata nativa, foram feitas vistorias no local e, constatada a invasão da área de preservação permanente, onde o Ministério Público ajuizou ação civil pública, obtendo liminar em meados de 2017.

Em virtude de eventual impacto social, foi acionado o CORTERRA que, após minucioso estudo do caso, apresentou proposta para cumprimento da liminar, com redução de danos. Seguiu-se reunião entre Ministério Público, órgãos ambientais e Prefeitura Municipal de Matinhos para atendimento de todas as demandas para viabilizar a

desocupação pacífica, como por exemplo, alojamento para eventuais desalojados. (PROMOTORA DE JUSTIÇA, 2018).

A intervenção do ICMBio nesse processo, se deu principalmente devido ao impacto direto que a ocupação causava ao Parque, sendo uma área de floresta que foi desmatada e convertida em área de ocupação e também, porque o ICMBio é signatário do TAC, foram um dos que entraram no processo para a reintegração.

A gente é um dos que entrou no processo, acompanhou todo o processo e assinou junto como signatário. Então, permitir a ocupação da área verde do loteamento é também menosprezar um trabalho que a gente teve durante 8 anos, o TAC. (CHEFE DO PNSHL, 2018).

Segundo o Capitão Rogério da Polícia Militar, em entrevista com a emissora de TV, TVCI de Paranaguá, a Prefeitura Municipal de Matinhos junto a várias outras instituições, empresas particulares e voluntários, conseguiram auxílios para ajudar a população a carregar suas mudanças, como: caminhões para o transporte das mudanças, veículos para transporte das famílias e o Ginásio de Esporte da Cohapar em Matinhos, para que quem não tivesse para onde ir fosse abrigado no ginásio por um período. “Tomamos todos os cuidados através de todo um planejamento, para que essas pessoas tenham o mínimo possível de perdas, de sofrimento”, afirma o Capitão.

No entanto, segundo relatos dos moradores, algumas pessoas conseguiram retirar os materiais/móveis das suas casas, outras não. Quem não conseguiu retirar uma retro escavadeira (trator) derrubou (FIGURA 22). “Nós conseguimos retirar, porque o trator não conseguia chegar até a área, se não, eu tenho certeza que eles destruiriam a nossa casa também da mesma forma que fizeram com as outras, sem dó, nem piedade”, conta Tânia.



FONTE: Mara Aparecida (2017).

Tendo ocorrido à reintegração de posse no dia 23 de dezembro de 2017, na alta temporada, praticamente véspera de natal, de acordo com os entrevistados, eles não receberam nenhuma notificação referente à reintegração:

Eles não avisaram nada. Eles já chegaram com a ordem do juiz escrito e com a assinatura dele, falando para a gente sair. Antes disso ninguém nos avisou nada. (João, ex-morador da área, 2018).

Não fomos avisados. Não deram nenhuma notificação, só mandaram sair na hora. (Carlos, ex-morador da área, 2018).

Não recebemos nenhuma notificação, e nem nunca ninguém foi lá falar pra nós que estávamos errados, nunca ninguém foi lá perguntar nada. (Pedro, ex-morador da área, 2018).

Também em entrevista com a TVCI, Cristina relata que não sabia da reintegração:

Não sabia. Chegaram as 08:00 da manhã pedindo para que todos saíssem de suas casas. [...] a gente tinha que pegar as nossas coisas e sair correndo, se não..., se a gente não saísse, iam entrar e derrubar com tudo. Minha filha tá aqui mijada, não deixaram eu nem trocar ela por cauda disso. Tão tirando todo mundo! Todo mundo que sonhou em passar esse natal, vai passar na rua.

Diante disso, moradores também contam o sentimento que sentiram diante de toda a situação:

Eu perdi todo o meu material. Eu fiquei bem abalado emocionalmente, não consegui voltar lá tão cedo. Demorei 4 meses para conseguir voltar lá, mas eu voltava e já ia embora na hora, pois além de moradia eu também trabalhava lá, eu produzia [...]. Quando houve a reintegração de posse, eu tinha acabado de plantar batata doce. No dia que teve a greve dos caminhoneiros eu fui lá e tinha uns 30Kg de batata doce. (Pedro, ex-morador da área, 2018).

Uma tristeza no coração né. Dor de todo mundo que sonhou passar o natal na sua casinha, já não vai passar mais. (Cristina, moradora da área, 2017).

Humilhação por parte do governo e união por parte da comunidade. (Tânia estava construindo sua casa, 2018).

Assim, após a reintegração de posse, com base na última figura apresentada na secção anterior (FIGURA 21), é possível notar a regeneração da mata na área, o que antes estava praticamente desmatado, aparecendo o solo, pode-se notar a grande quantidade de área verde que a área volta a ter (FIGURA 23), mesmo que ainda com pouca quantidade de árvores, se comparado com a figura 16.

FIGURA 23 – IMAGEM AÉREA DA OCUPAÇÃO EM 13/07/2018



FONTE: Google Earth Pro (2018).

Segundo a Promotora de Justiça (2018), a área deve se regenerar naturalmente, havendo um monitoramento para evitar novas invasões.

O processo natural de regeneração vegetal ocorre quando uma área permanece inutilizada, por um período relativamente longo. Portanto, cabe agora aos órgãos competentes fiscalizar de forma intensa não só essa área, mas como também outras áreas de proteção ambiental, para que não ocorra outras ou uma nova invasão,

bem como ajudar os mais necessitados para que não acabem ocupando essas áreas inapropriadas para habitação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação urbana não pode ser analisada de modo descontextualizado dos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais que demarcaram a história do desenvolvimento urbano no Brasil. Compreendemos que se trata de uma problemática complexa que não será resolvida com medidas simples e tão pouco a curto prazo, visto que é uma questão que exige medidas que tenham em vista resolver problemáticas tão antigas quanto à própria colonização do país como, por exemplo, a exclusão racial, étnica e social.

Um problema que teve início, pela reprodução das estratégias de exploração da coroa portuguesa, que em seus processos de colonização inseriu a segregação e a exclusão de negros, índios e pardos e retirou destes o direito à terra. Uma concepção elitista de vida que se aperfeiçoou em estratégias e se tornou ainda mais excludente a partir do processo de industrialização do Brasil.

O que era para ser um movimento de expansão e fortalecimento do país se tornou também um dos momentos mais segregadores da história, visto que acirrou a condição de pobreza de uma significativa parcela da população. Processo que obrigou os mais pobres a buscarem áreas de menor valor e/ou de possível ocupação sem compra, dos espaços onde circulavam os ricos (devido aos altos valores e os difíceis critérios exigidos para a posse da Terra), julgou e os criminalizou.

Assim foi instaurada a periferização da cidade, que se instaurou enquanto um projeto que interessou aos industriais e também ao poder público, visto que programas habitacionais foram criados em parceria com o âmbito privado. Processo que seguiu se complexificando, através da especulação imobiliária das regiões mais centrais, um movimento que delegou aos negros e demais pobres, um distanciamento ainda maior de condições dignas de moradia. A legislação vigente, o alto valor de aluguéis, os critérios de empréstimos e as formas de financiamento para aquisição de habitação se tornaram um impeditivo gigantesco aos trabalhadores. Pôr fim, aos trabalhadores assalariados também foi delegado à aglomeração em áreas afastadas e a ocupação irregular da terra.

Portanto, as análises desenvolvidas dos resultados coletados, nos permite observar que a atividade de ocupação irregular é consequência da exclusão social. Os moradores mais pobres vão ocupar as áreas que são acessíveis ao seu padrão econômico e geralmente são áreas irregulares/inadequadas para moradia, passíveis

a desastres ambientais.

Os direcionamentos e razões que os conduzem a essas ocupações são variados, vão desde a carência de habitação, onde o acesso à moradia digna atende somente a parcela da população que pode comprovar sua renda, até a facilidade em adquirir lotes a preços baixos, este por sua vez a população pobre não ganha o suficiente para pagar o aluguel fixado pelo mercado formal, sendo assim eles tendem a resolver o problema habitacional através da ocupação (invasão) para obter um terreno, cuja perspectiva é obtenção da casa própria através da autoconstrução.

Como consequência, ocorre o aumento de problemas ambientais. Assim, como analisado nos capítulos anteriores, a área de estudo apresentou um rápido processo de ocupação do solo, culminando em grandes impactos na área, tais como, o elevado índice de desmatamento da mata nativa, deixando de apresentar uma característica tipicamente natural, a ocorrência de processos erosivos, assoreamento dos corpos d'água, desequilíbrios nos ecossistemas fluviais e nas matas ciliares, a poluição hídrica devido à falta de saneamento ambiental, entre outros problemas. Essa dinâmica de intensa alteração na cobertura vegetal evidencia os conflitos entre o uso do solo e a preservação ambiental nas margens do PNSHL.

Através desse estudo é possível concluir a necessidade de adequação das leis ambientais e para a urgente necessidade de reforçar tais leis, a fim de evitar a ocupação e/ou garantir sua desocupação. Outra alternativa, é a conscientização da população e do poder público no sentido de mobilizá-los a construir medidas imediatas, mas também de médio e longo prazo.

No entanto, regularizar tal situação mostra-se uma tarefa bastante complexa, uma vez que envolve inúmeras questões ambientais, legais, sociais, econômicas e urbanísticas. Assim, para mudar esta realidade é preciso muito mais que simples planejamentos ou políticas públicas. É necessário ver a cidade como um bem de todos. Algo que traga benefícios para sua população conservando a maioria de seus espaços naturais, resguardando suas belezas naturais e ao mesmo tempo acolhendo da melhor forma seus habitantes. Este é o grande dilema imposto na concepção de cidade. Cidade como um bem comum e não algo programado para excluir os menos favorecidos.

REFERÊNCIAS

_____. Edésio; BETÂNIA, Alfonsín, **A lei e a ilegalidade na produção do**

espaço urbano, Belo Horizonte, 2003.

ALTHAUS, ALBERTO & CABELLO, Ingrid G., Tiago G. & Marcos E., **A Ocupação Irregular do Solo Urbano na Ótica dos Direitos Humanos**. Revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, 2004.

AZEVEDO, S. de e ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro, 1988.

BIRCKOLZ, Carlos João. **Ocupação irregular em Matinhos, Paraná: o caso do jardim schaffer**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL. Goiânia, 2012.

BONDUKI, N., **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 2. ed. São Paulo, 1999.

BRAGA, Rodrigo Bernardes, **Parcelamento do solo urbano: doutrina, legislação e jurisprudência de acordo com o novo Código Civil**, Rio de Janeiro, 2004.

CASAGRANDE, Leliana Aparecida, **Economia e responsabilidade socioambiental: gestão ambiental**, São Paulo, 2009.

COELHO, M. C. N., **Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa**, 2004.

DEL GROSSI, S.R., **Os Caminhos da Natureza – Contribuição ao estudo da Geomorfologia Urbana**, 1991.

DIAS, L. N. et al. **Análise Comparativa dos Processos de Produção da Irregularidade Urbana nas Áreas Centrais e Periféricas: O Caso de Viçosa, MG**.

DOMINGOS, T. A. . **Geologia e Geomorfologia Ambiental**, São Paulo, 2010.

FERNANDES, Edésio & Betânia Alfonsín. **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano**. Editora Del Rey, Belo Horizonte, 2003.

FERREIRA, D. A. C., **Situação atual da mata ciliar do ribeirão**, Minas Gerais, Revista Árvore, v. 28, n. 4, 2004.

FERREIRA, D. F. et al. **Impactos Sócio-Ambientais Provocados pelas Ocupações Irregulares em Áreas de Interesse Ambiental – Goiânia/GO**. Pós-Graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Goiás/ SENAI – CETRESG. Goiânia – GO, 2004 (p. 1-17).

FONSECA, José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOUGH, Michael, **Natureza y ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos**, Trad. Susana Rodríguez Alamparte. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

S.A, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Resultados preliminares do censo 1991.

LOPES, Mirian Cristina. **Cultura Política no Litoral do Paraná: a UFPR Litoral e as Águas de Março**. Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR, 151p, 2014.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M., **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo:

MARICATO, E., **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, M. A. B. C., **Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura**, 1988.

MENTA, Guadalupe Estrelita dos Santos. **A modernização e o processo de urbanização a partir do século XIX: ecos da dominação europeia no Brasil e em África**, Revista Crioula, volume 04, Londrina, 2008.

MILARÉ, Edis, **Direito do ambiente: Doutrina, Jurisprudência e Glossário**, São Paulo, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **MP-PR articula regularização fundiária de famílias que viviam em área de inv.** Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/pagina-3578.html>>. Acesso em: 05/09/2018.

MOREIRA, Jaqueline, **A lei do parcelamento do solo urbano como mecanismo de proteção ao meio ambiente**, Florianópolis, 2013.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica, 2003.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

PELLEGRINO, Bruna Raspantini. **O Processo de Segregação Socioterritorial na Metrópole Paulistana e o Município de Carapicuíba**. Espírito Santo, 2014.

PEQUENO, Renato. **Políticas Habitacionais, Favelização e Desigualdade Sócio espaciais nas Cidades Brasileiras: Transformações e Tendências**, São Paulo, 2008.

PINTO, Victor Carvalho. **Ocupação Irregular do Solo Urbano: O Papel da Legislação Federal**, volume 8, 2003.

Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 04/2016. Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 010/2016. Relatório de Fiscalização – Parte I, Ocorrência nº 01/2017.

RIBEIRO, L. C. Q. e PECHMAN, R. M., **O que é questão da moradia**. São Paulo, 1983.

RIBEIRO, L. C. Q., S., **A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses**. São Paulo, 1996.

SAMPAIO, M. R. A. de. **O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana**. Espaços & Debates, n. 37, ano XIV. São Paulo, 1994.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re). Qualificando a questão para Salvador- BA**, Cadernos Metrópole – n. 5, Salvador, 2005.

TEIXEIRA, C., **As grandes doações do 1º. Governador – Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes**. Bahia, 1978.

TRATA BRASIL. **O esgoto à céu aberto é um risco para a saúde da população**. <<http://www.tratabrasil.org.br/blog/2017/10/31/esgoto-risco-para-saude/>>. Acesso em: 05/09/2018.

TUNDISI, J. G., **Água no século XXI: enfrentando a escassez**, São Paulo, 2003.

TVCI. Reintegração de posse em Matinhos: <<https://www.youtube.com/watch?v=gEw4-1qTv6s>>. Acesso em: 28/12/2018.

VALLADARES, L. do P. (1982), **Passa-se uma casa – análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**, 2 ed., Rio de Janeiro, 1991.

ANEXO 1 – BOLETIM CADASTRAL DE CAMPO

BOLETIM CADASTRAL DE CAMPO			
UFPR Litoral		Curso de Tecnologia em Gestão Imobiliária	
Módulo: Cadastro Georreferenciado II		Grupo: ____ N° ____	
		Data: ____ / 10 / 17	
Coord_X - 6 dígitos	Coord_Y - 7 dígitos	Número foto:	
		Cadastrador:	
N° Medidor COPEL:		N° Medidor SANEPAR:	
Moradia fechada ()	Não quis responder ()	Responsável ausente ()	
Tipo pavimento rua ()Asfalto ()Sextavado ()Primário ()Outro: _____			
Iluminação Pública ()Sim ()Não		Possui coleta de lixo ()Sim ()Não	
Esgoto a céu aberto ()Sim ()Não		Lixo a céu aberto ()Sim ()Não	
N° moradias no lote: _____		Possui animais? ()Sim ()Não	
Situação construção ()Obra parada ()Concluída ()Ruína ()Em andamento			
Material construção ()Madeira ()Alvenaria ()Mista			
Existe atividade econômica ()Sim ()Não Especifique: _____			
Qtde dormitórios ()		Qtde vaso sanitário ()	Qtde chuveiro ()
Tipo piso ()Chão batido ()Cimento ()Cerâmica ()Madeira ()Outro: _____			
Naturalidade do responsável: _____			Estado: _____
Cidade de moradia anterior: _____			Estado: _____
Tempo de moradia no local: _____			
Situação da moradia ()Alugada ()Cedida ()Ocupação		Tem outra moradia? ()Sim ()Não	
Qtde moradores: _____		Qtde menores que estudam: _____	
Qtde pessoas que exercem atividade remunerada: _____			
Escolaridade do responsável: _____			
Motivo para morar no local: _____			
Qtde automóvel: _____		Qtde moto: _____	Recebe auxílio do governo? ()Sim ()Não
Morador 1 () Masc () Fem Ano Nascim: _____		Morador 2 () Masc () Fem Ano Nascim: _____	
Morador 3 () Masc () Fem Ano Nascim: _____		Morador 4 () Masc () Fem Ano Nascim: _____	
Morador 5 () Masc () Fem Ano Nascim: _____		Morador 6 () Masc () Fem Ano Nascim: _____	
Morador 7 () Masc () Fem Ano Nascim: _____		Morador 8 () Masc () Fem Ano Nascim: _____	
Nome completo do respondente: _____			

ANEXO 2 – PLANILHA REFERENTE AOS DADOS COLETADOS NO BOLETIM

GRUPO	NumBoletim	DATA	NUM_FOTO	CADSTRADOR	COORD_X	COORD_Y	MorFechada	NaoRespdeu	RespAusent
A	1	8/11/17	1A	Iury	745308	7140098	Nao	Nao	Nao
A	2	8/11/17	2A	Erica	745324	7140189	Nao	Nao	Nao
A	3	9/11/17	3A	Aline	745288	7140218	Nao	Nao	Nao
A	4	23/11/17	4A	Aline	745351	7140237	Sim	Nao	Nao
A	5	23/11/17	5A	Iury	745217	7140256	Nao	Nao	Nao
A	6	23/11/17	6A	Aline	745214	7140230	Sim	Nao	Nao
A	7	23/11/17	7A	Iury	745319	7140235	Nao	Nao	Nao
B	1	8/11/17	1B	Andressa	745150	7140161	Nao	Nao	Nao
B	2	8/11/17	2B	Andressa	745333	7140087	Nao	Nao	Nao
B	3	8/11/17	3B	Andressa	745271	7140078	Nao	Nao	Nao
B	4	8/11/17	4B	Andressa	745207	7140077	Nao	Nao	Nao
B	5	8/11/17	5B	Andressa	745293	7140247	Nao	Nao	Nao
B	6	8/11/17	6B	Andressa	745349	7140203	Sim	Nao	Nao
B	7	8/11/17	7B	Andressa	745278	7140226	Nao	Nao	Nao
B	8	8/11/17	8B	Andressa	745330	7140219	Nao	Nao	Nao
C	1	8/11/17	1C	Camila	745381	7140130	Nao	Sim	Nao
C	2	8/11/17	2C	Camila	745338	7140157	Nao	Nao	Nao
C	3	8/11/17	3C	Lucas	745319	7140124	Nao	Nao	Nao
C	4	8/11/17	4C	Lucas	745338	7140153	Nao	Nao	Nao
C	5	8/11/17	5C	Jeniffer	745331	7140222	Nao	Nao	Nao
C	6	8/11/17	6C	Jeniffer	745406	7140202	Nao	Nao	Nao
C	7	16/11/17	7C	Camila	745227	7140265	Sim	Nao	Nao
C	8	16/11/17	8C	Camila	745200	7140177	Nao	Nao	Nao
C	9	16/11/17	9C	Camila	745327	7140131	Nao	Nao	Nao

	Categorias
	Dicotômicas
	Quantidades

PavimRua	IllumPublca	ColetaLixo	EsgtoAbert	LixoAberto	NumMorLote	Animais	Sit_Constr	Mat_Constr	AtivEconom
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Nao	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Sim
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	NC	Em Andamento	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	NC	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	4	Nao	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	2	Sim	Concluida	Mista	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	2	Sim	Concluida	Alvenaria	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Alvenaria	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	4	Nao	Em Andamento	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	NC	Em Andamento	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Em Andamento	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	NC	Concluida	Madeira	NC
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Nao	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Nao	Nao	NC	Nao	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Em Andamento	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	NC	NC	Concluida	Madeira	NC
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	Sim	Concluida	Madeira	Nao
Primario	Nao	Nao	Sim	Sim	1	NC	Em Andamento	Madeira	Nao

Especifique	QtdeDormit	QtdeVaso	QtdeChuvro	Tipo_Piso	NaturaResp	Estado	CityAnteri	Estado	TempLocal
NC	1	1	1	Cimento	Curitiba	PR	Curitiba	PR	1,0
NC	1	1	1	Madeira	Curitiba	PR	Curitiba	PR	2,0
Autonomo	2	1	1	Madeira	Mafra	SC	Mafra	SC	0,1
NC	NC	NC	NC	Madeira	NC	NC	NC	NC	NC
NC	1	1	1	Madeira	Riviera	SC	Riviera	SC	1,6
NC	NC	NC	NC	Madeira	NC	NC	NC	NC	NC
NC	1	1	1	Madeira	Paranagua	PR	Paranagua	PR	1,0
NC	1	0	1	Madeira	Cosmopolis	SP	Abatia	PR	4,0
NC	2	2	2	Ceramica	Francisco Beltrao	PR	Colombo	PR	0,1
NC	2	1	1	Ceramica	Curitiba	PR	Curitiba	PR	10,0
NC	1	1	1	Ceramica	Brasilia	DF	Planaltina	DF	0,6
NC	1	1	1	Madeira	Paranagua	PR	Joinville	SC	1,0
NC	NC	NC	NC	Madeira	NC	NC	NC	NC	NC
NC	3	1	1	Madeira	Matinhos	PR	Matinhos	PR	1,0
NC	1	0	0	Madeira	Cascavel	PR	Foz do Iguacu	PR	0,1
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
NC	2	1	1	Madeira	Paraguai	NC	Flor da Serra	PR	2,0
NC	3	0	1	Madeira	Florionopolis	SC	Sao Paulo	SP	3,0
NC	1	0	0	Madeira	Paranagua	PR	Matinhos	PR	2,0
NC	1	1	1	Madeira	Curitiba	PR	Joinville	SC	0,6
NC	2	1	1	Madeira	Curitiba	PR	Itapoa	SC	NC
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
NC	1	0	1	Madeira	Curitiba	PR	Paranagua	PR	0,2
NC	2	2	1	Cimento	Paranagua	PR	Pontal do Parana	PR	0,6

SitMoradia	OutraMorad	QtdeMoradr	QtdeMenor	QtdeTrablh	EscolaResp	Motivo	QtdeCarro	QtdeMoto
Ocupacao	Nao	2	0	1	Ens Fund Inc	Busca por Moradia Propria	0	0
Ocupacao	Nao	4	2	2	Ens Med Inc	Aluguel Caro	0	0
Ocupacao	Nao	5	3	2	Ens Fund Inc	Falta de Oportunidade	0	0
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Ocupacao	Nao	1	0	1	Primario	Busca por Moradia Propria	0	0
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Ocupacao	Nao	4	2	2	Ens Fund Comp	Mudanca pela Familia	0	0
Ocupacao	Nao	4	2	1	Cursando Superior	Falta de Opcao	0	0
Ocupacao	Sim	2	0	1	Primario	Sossego	0	0
Cedida	Nao	4	0	2	Cursando Superior	Para Estudar	1	0
Alugada	Nao	1	0	1	Cursando Superior	Falta de Opcao	0	0
Ocupacao	Nao	3	1	1	Ens Med Inc	Ganhou	0	0
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Ocupacao	Nao	3	2	1	Ens Med Comp	Sair do Aluguel	1	0
Cedida	Sim	2	0	1	Ens Med Inc	Sair do Aluguel	0	0
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	0	0
Ocupacao	Nao	6	2	2	Ens Fund Inc	Nao Pagamento Aluguel	0	0
Ocupacao	Nao	3	0	2	Ens Fund Inc	Cidade Anterior Perigosa	1	0
Ocupacao	Nao	1	0	0	Ens Fund Inc	Nao Possui Outra Moradia	0	0
Ocupacao	Nao	6	4	1	Ens Med Comp	Por Necessidade	0	0
Ocupacao	Nao	5	3	1	Ens Fund Inc	Não Possui Outra Moradia	0	0
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Cedida	Nao	2	1	0	Ens Fund Comp	Casamento	0	0
Ocupacao	Sim	4	2	1	Ens Med Inc	Moradia Anterior Pequena	0	0

AuxilioGov	Mor1_Sexo	Mor1AnoNas	Mor2_Sexo	Mor2AnoNas	Mor3_Sexo	Mor3AnoNas	Mor4_Sexo	Mor4AnoNas	Mor5_Sexo
Nao	F	1961	M	1950	NC	NC	NC	NC	NC
Sim	F	1994	M	1991	M	2009	M	2011	NC
Sim	F	1994	F	2010	M	1991	M	2015	M
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Nao	M	1965	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Sim	F	1978	M	1971	F	2010	M	2012	NC
Sim	M	1995	F	1994	M	2003	M	2015	NC
Sim	M	1964	F	1954	NC	NC	NC	NC	NC
Nao	M	1988	F	1985	F	2017	M	1960	NC
Sim	M	1995	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Nao	M	1979	F	1988	M	2017	NC	NC	NC
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Sim	M	1992	F	NC	F	2017	NC	NC	NC
Nao	M	1989	F	1983	NC	NC	NC	NC	NC
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Sim	M	1972	M	1994	M	2010	M	2008	M
Nao	F	1962	F	1955	NC	NC	NC	NC	NC
Nao	M	1993	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Sim	M	1979	M	2003	M	2009	M	2014	F
Sim	F	1976	F	1977	M	2006	M	2006	F
NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Nao	F	1997	M	2000	NC	NC	NC	NC	NC
Sim	M	1988	F	1984	F	2007	M	2005	NC

[illegible]

ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O CHEFE DO PNSHL

ROTEIRO DE ENTREVISTA REFERENTE À ÁREA OCUPADA NO BAIRRO VILA NOVA, MATINHOS – PR:

CHEFE DO PNSHL, SR. ROGÉRIO JOSÉ FLORENZANO JÚNIOR

1. Gostaríamos de saber sobre o histórico do bairro Vila Nova em si. (Como surgiu, quem são os donos, etc).
2. Qual é o papel/ atuação do ICMBio no enfrentamento dos problemas urbanos e os impactos ambientais decorrentes das ocupações irregulares?
 - Formas de atuação;
 - Ações de prevenção;
 - Fiscalização;
 - Procedimentos.
3. Quais foram os impactos dessa ocupação/invasão para o espaço/parque/natureza?
 - Qual foi o impacto socioambiental?
3. A um monitoramento para evitar essas ocupações no município? Como é feito? Além do ICMBio, quem tem o papel de fazer uma fiscalização nesses bairros?
4. Como ocorreu a reintegração de posse no final do ano de 2017?
 - O ICMBio participou?
 - Qual foi o papel do ICMBio nesse processo de reintegração de posse? (estava do lado do Ministério Público?).
 - Quais foram os procedimentos p/ a reintegração?
5. Houve um plano para realocação das pessoas? O município forneceu alguma ajuda a eles?
6. Motivos pelos quais levou a população a ocupar a área?

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO PROMOTORA DE JUSTIÇA

**QUESTIONÁRIO REFERENTE À ÁREA OCUPADA NO BAIRRO VILA NOVA,
MATINHOS – PR:**
PROMOTORA DE JUSTIÇA, DRA. CAROLINA DIAS AIDAR DE OLIVEIRA

1. Gostaríamos de saber sobre o histórico do bairro Vila Nova em si. (Como surgiu, quem são os donos, etc).
2. Qual é o papel/ atuação do Ministério Público no enfrentamento dos problemas urbanos e os impactos ambientais decorrentes das ocupações irregulares?
 - Formas de atuação;
 - Ações de prevenção.
3. Quais foram os impactos dessa ocupação/invasão para o espaço/ parque/ natureza?
 - Quais foram os impactos sociais?
4. A um monitoramento/ fiscalização para evitar essas ocupações no município?
 - Como é feito?
 - Quem tem o papel de fazer a fiscalização nesses bairros?
5. Como ocorreu a reintegração de posse no final do ano de 2017?
 - Quem participou?
 - Quais foram os procedimentos para a reintegração?
6. Há algum projeto para a regeneração da área?

Muito obrigado!

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES REFERENTE À ÁREA
OCUPADA NO BAIRRO VILA NOVA, MATINHOS – PR:**

1. O terreno/casa era próprio, alugado ou ocupado?
2. Como era a casa?
3. Quem morava na casa?
4. Quanto à energia e água?
5. O que levou vocês até aquela área?
6. Vocês sabiam que era invasão?
7. Como foi no dia da reintegração de posse? Vocês foram avisados, receberam alguma notificação?
8. Vocês tinham noção/ estavam cientes que a qualquer momento vocês poderiam ser retirados do local?
9. Durante o tempo que residiram lá, vocês (moradores) tinha algum representante?
10. A reintegração foi no final do ano de 2017, quase natal, cidade lotada. Vocês tiveram alguma dificuldade com relação a lugar para ficar?
11. Vocês conseguiram retirar os materiais da casa?
12. Qual foi seu sentimento diante de toda aquela situação?
13. Você tinha uma noção dos impactos que poderia causar a área/meio ambiente? Por desmatar e também, no sentido de que aquela área era banhada, das doenças que poderiam surgir por não ter rede de esgoto e ser á céu aberto.
14. Atualmente vocês moram de aluguel?
15. Já morou em alguma outra área de ocupação/invasão?